



**FMR 21**

A estratégia da  
organização  
independente do  
proletariado e a  
questão das  
alianças de classes

**CADERNOS DE DEBATES**

# SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Francisco Martins Rodrigues - Anti-Dimitrov - 1935/1985 - meio século de derrotas da revolução.....	4
Francisco Martins Rodrigues - Oitenta Anos a Enterrar Lenine.....	9
Francisco Martins Rodrigues - Que partido?.....	15
Francisco Martins Rodrigues - Partido: Cuidado com os partos prematuros.....	21
Vladimir Lênin - O Imperialismo e a Cisão do Socialismo.....	25
Vladimir Lênin - Mais uma vez sobre o Ministério da Duma.....	37
August Thalheimer - Marx, Engels e Lenin e a Frente Popular.....	40
Erico Sachs (Ernesto Martins) - Caminho e carácter da revolução brasileira – IV Proletariado Brasileiro e Revolução Mundial. A herança do passado.....	50

# APRESENTAÇÃO

Com o presente Caderno de Debates, o/a leitor/a tem acesso aos textos de referência da Sessão 2 do Ciclo de Palestras e Debates *A Actualidade do Pensamento de Francisco Martins Rodrigues*, a saber *Leninismo versus centrismo e reformismo: independência de classe e alianças*.

A sessão tem por objetivo resgatar as contribuições de FMR sobre a estratégia da organização independente do proletariado e a questão das alianças de classes. A independência política proletária tem se traduzido, desde o Manifesto do Partido Comunista (1848), como a defesa de interesses dessa classe em oposição aos da burguesia e da sua sociedade. A constituição desta independência de classe na forma de partido político próprio se realiza em fases históricas e distintas conjunturas da luta de classes. O imperialismo provocou a cisão irremediável no movimento socialista constituído sob o legado marxista, cujo processo alargou-se e consolidou-se no neo-revisionismo representado na Internacional Comunista nas teses da “Frente Popular”. A contribuição de FMR trazida no exame crítico do VII Congresso da IC em sua obra “Anti-Dimitrtov” será examinada em diálogo com outras contribuições da esquerda revolucionária.

# ANTI-DIMITROV - 1935/1985 - MEIO SÉCULO DE DERROTAS DA REVOLUÇÃO (PREFÁCIO)

Francisco Martins Rodrigues

"Há sábios que julgam entrever em tudo isto um recuo das nossas posições de princípio, uma certa viragem à direita no que diz respeito à linha do bolchevismo." - Dimitrov

“Unidade a todo o preço para barrar o caminho ao fascismo, à guerra, ao imperialismo!” O apelo lançado por Jorge Dimitrov em 1935 para a unidade de todas as forças operárias, populares e democráticas, faz agora 50 anos. É boa altura para um balanço.

Hoje quase esquecido esse relatório de Dimitrov ao 7º congresso da Internacional Comunista, haverá quem lhe atribua um interesse meramente histórico. A verdade, contudo, é que, neste meio século, a ideia da unidade democrática e anti-imperialista se incorporou como património, não só dos partidos comunistas, mas de uma vasta corrente progressista internacional. Pode dizer-se que todos os que se situam para a esquerda da social-democracia são hoje dimitrovianos sem o saber — os sandinistas da Nicarágua como os guerrilheiros peruanos, os pacifistas alemães e os deslavados “comunistas” portugueses.

O laço que une estas forças tão diversas é a noção de um campo popular, cujos interesses comuns face ao imperialismo envolveriam o proletariado e a pequena burguesia numa mesma estratégia fundamental, aproximariam, fundiriam as suas trajetórias. Esta noção, estranha ao leninismo, foi pela primeira vez teorizada em termos “marxistas” por Dimitrov.

Tão forte é o seu poder de convicção, que tem sobrevivido aos reveses que a História não cessou de lhe infligir, desde as Frentes Populares de 1936 à Unidade Popular no Chile e ao 25 de Abril em Portugal. E com esta particularidade curiosa: de cada vez que fracassa uma destas experiências democráticas e populares, os seus promotores podem atribuir sempre a derrota à insuficiência da Unidade, não à fórmula em si mesma. O dimitrovismo goza assim do privilégio raro de “provar” a sua justeza à custa dos seus próprios fracassos.

Porquê esta vitalidade singular? Porque o dimitrovismo vai ao encontro do bom-senso político elementar das massas nesta época do horror do imperialismo. Não necessita de demonstração. Ninguém no campo popular sente qualquer dificuldade em admitir espontaneamente que “a unidade da esquerda é a melhor arma contra a direita”. Ninguém duvida que Lenine foi um génio da revolução proletária mas parece absurdo transferir para a nossa época a sua perspectiva sobre a luta de classes. Querer aplicar agora o leninismo “tal e qual” seria doutrinário antileninista; só sectários incuráveis podem contestar a necessidade de uma frente unida contra a reacção e o imperialismo, etc., etc. De forma mais ou menos elaborada, mais ou menos explícita, são estes os argumentos que se podem ouvir em toda a área da “grande esquerda”.

É sem dúvida louvável este desejo de ver todas as forças antifascistas e anti-imperialistas unidas numa frente comum. Mas os bons desejos em política não são nada. Que objectivos fixar, que relações estabelecer entre as classes populares para tornar possível uma luta eficaz, vitoriosa, contra a reacção e o imperialismo? Esta é a única forma séria de pôr a questão em termos de marxismo.

Raspeemos a casca do bom-senso unitário, para lhe procurar o miolo de classe. “Unidade a todo o preço em torno de objectivos comuns”, “valorizar aquilo que une, pôr de lado tudo o que divide”, “democracia, paz, independência, primeiro, a revolução virá depois”, “democracia popular, um degrau para o socialismo” — o que significa? Significa procurar, em cada situação, o máximo divisor comum das forças populares. Ou seja, alinhar o povo pelo nível mais moderado, comum a todos. Ou seja, pôr de lado os objectivos revolucionários da classe operária, que, obviamente, não são comuns.

Pode objectar-se que a perspectiva unitária de Cunhal em 1975, com a “batalha da produção pelo socialismo”, era de qualquer modo muito mais avançada do que a “Unidade dos portugueses honrados” de 1949. É certo. O unitarismo democrático e popular não é rígido. Pelo contrário, é extremamente flexível, elástico, criador, o que lhe permite acompanhar as grandes convulsões de massas. É esse outro segredo da sua vitalidade. Mas, por mais elástico que seja, há um limite ideal para que ele parece tender mas que nunca atingiu e que, pelo contrário, bloqueia: a revolução proletária.

O apelo para a “unidade a todo o preço contra a reacção, a guerra e o imperialismo” veicula pois a exigência, não da Unidade, mas de uma certa unidade: unidade em torno das reivindicações limitadas da pequena burguesia, comuns a todo o povo, sacrificando para tal as reivindicações revolucionárias da classe operária. É este o sumo de classe do pensamento dimitroviano. É esta a fonte da sua fácil popularidade, que lhe assegura uma reprodução espontânea e diária em larga escala.

Assim, a lógica unitária que funciona hoje automaticamente em todos os campos da luta de classes, política, económica ou ideológica é fácil de resumir: “Os operários que sacrifiquem (só por agora, claro!) uma parte das suas exigências, se não querem ficar isolados”. É um ultimato.

Que está presente, sem precisar de ser mencionado, nas manifestações pela liberdade como na negociação de um contrato colectivo, nas marchas da paz como na abstenção tácita de toda a crítica à religião, à família, à nação, à propriedade privada.

Unidade pelo fim dos monopólios, do fascismo, da guerra, pela independência da nação, por uma democracia popular. Unidade até mesmo pelo socialismo, desde que seja “popular”. A revolução proletária é que não tem aí lugar. Como poderia tê-lo, se não é uma questão comum ao povo?

No tempo de Lenine, é sabido, a revolução russa fez-se com uma outra lógica. O povo, enquanto colectivo, não tem solução para os flagelos do capitalismo e do imperialismo, da guerra, porque é um aglomerado de classes com interesses diversos. O povo precisa do socialismo mas só pode encontrá-lo se for arrastado pela dinâmica revolucionária da

classe operária. E a classe operária só pode encontrar a via do socialismo e arrastar consigo o povo se for arrastada pela dinâmica revolucionária da sua vanguarda, capaz de assimilar o marxismo. A minoria, avançando para o seu alvo consciente, ganhará a maioria. Os objectivos gerais da luta não têm que ser fixados pelo máximo denominador comum mas pelo conhecimento das tarefas objectivas que se colocam à sociedade. Cada luta particular, imediata, comum a todo o povo, em si mesma nada vale se não servir para acelerar o alinhamento das forças antagónicas dispostas a bater-se pela direcção da sociedade. Por isso, o proletariado tem que se demarcar da pequena burguesia, a revolução tem que crescer à custa do reformismo, etc., etc.

Porque deixou esta lógica, aparentemente, de servir? Porque “o mundo mudou”, ou porque a classe operária foi submergida pela ideologia pequeno-burguesa? A ideia leninista de hegemonia do proletariado foi de facto ultrapassada pela História, ou está soterrada sob uma avalanche de democratismo reformista? Vivemos hoje uma etapa superior, de luta mais vasta contra o imperialismo, ou recuámos para uma plataforma mais estreita, cega, impotente? Há alguma esperança para o combate democrático unitário, ou ele é só um alçapão por onde se escoam continuamente as potencialidades revolucionárias do movimento operário?

Para todos aqueles que já se libertaram dos “dogmas” marxistas (e que servem alegremente a ditadura “democrática” da burguesia), estas perguntas não passam de extravagâncias doutrinárias, que nem merecem refutação. Mas é instrutivo observar como os ditos “marxistas-leninistas” (revisionistas e anti-revisionistas) resolvem a dificuldade de associar Dimitrov com Lenine.

Por estranho que pareça, a divisão do movimento comunista em campos antagónicos desde os anos 60 não beliscou o dimitrovismo. Revisionistas da escola soviética e “ortodoxos” da linha chinesa-albanesa, embora travando batalha furiosa em torno de Staline e do “stalinismo”, renegado por uns, exaltado pelos outros, mantiveram-se de acordo quanto às ideias políticas de Dimitrov.

Uns e outros coincidem na opinião de que o 7º congresso da Internacional Comunista fez uma aplicação criadora do leninismo nas novas condições históricas, deu nova vitalidade ao movimento comunista e proporcionou grandes êxitos aos povos. Uns e outros defendem a política das Frentes Populares, divergindo, quando muito, no que toca à sua aplicação. Uns e outros atacam como “dogmáticas”, “sectárias” e “trotskistas” as objecções que eventualmente se manifestam a essa política.

Existe de facto uma guerra entre revisionistas e anti-revisionistas acerca de Dimitrov, mas apenas para saber a quem pertence de direito a sua herança.

Para o Partido do Trabalho da Albânia, a coincidência das duas correntes na defesa do 7º congresso é apenas aparente e resulta de uma deturpação descarada de Dimitrov por parte dos revisionistas. Num longo artigo há três anos publicado na sua revista teórica(1), considera-se pura especulação revisionista a afirmação de que “o 7º congresso teria colocado a colaboração dos partidos comunistas com os partidos social-democratas na base de uma nova estratégia global do comunismo internacional”. Esse

congresso teria estado na linha de continuidade dos anteriores, tendo apenas procedido a uma “simples flexão táctica na luta contra o perigo fascista e de guerra imperialista”. “As orientações do 7º congresso para que cada partido comunista colocasse na ordem do dia, como tarefa imediata, a luta pela paz e contra o perigo fascista não quer dizer de forma alguma que a IC tivesse adiado para as calendas gregas a preparação da revolução proletária”, nem que “a luta pela paz e contra o perigo fascista passasse a ser encarada como uma etapa especial do movimento revolucionário, indispensável para cada país”. E ainda invenção revisionista, segundo o artigo, a afirmação de que “Staline não teria concordado com as decisões do 7º congresso” e de que “o 7º congresso tivesse apresentado de forma embrionária as ideias fundamentais do 20º congresso do PCUS”. Todas estas opiniões não passariam de uma “interpretação oportunista, revisionista, das decisões do 7º congresso da IC”, o qual não teria deixado “nenhum campo para hesitações ou equívocos”. “A Comintern — conclui — permaneceu fiel até ao fim à sua linha política geral, sem se desviar um milímetro da sua estratégia global de luta pela revolução proletária e pela instauração da ditadura do proletariado.”

Este apanhado de pontos polémicos feito pela Ruga i Partise pareceu-me uma boa introdução ao tema. Decidi por isso pô-lo à prova, confrontando-o com uma análise do relatório de Dimitrov, das circunstâncias em que foi escrito e dos desenvolvimentos a que deu origem neste meio século.

Surgiu assim este Anti-Dimitrov, em que procuro:

- demonstrar que a viragem “táctica” do 7º congresso para as frentes populares envolveu na realidade uma viragem estratégica, como justamente afirmam os revisionistas;
- provar que essa viragem fez uma ruptura completa, embora disfarçada, com a linha leninista da revolução proletária, a que substituiu a ideologia da fusão “popular” operário-pequeno-burguesa;
- desmistificar a lenda dos “grandes êxitos” conseguidos pelo movimento comunista a partir de 1935, apontando o rasto de derrotas e fracassos que nos trouxe à situação actual, de ofensiva em toda a linha do imperialismo;
- e finalmente, enquadrar as ideias políticas de Dimitrov na vasta corrente centrista internacional que nos anos 30 tomou de assalto o marxismo revolucionário, tanto na União Soviética como na China e no mundo capitalista.

O leitor julgará se a prova feita lhe parece suficiente.

A esta luz, torna-se perfeitamente compreensível a unidade e luta entre revisionistas e anti-revisionistas em torno das ideias de Dimitrov. Unidade, porque o dimitrovismo é essencial a ambos, como teoria de colaboração “democrática e popular” de classes, sob as vestes respeitáveis do leninismo. Luta, porque o dimitrovismo conheceu ritmos de maturação diferentes, de acordo com as particularidades nacionais da luta de classes: enquanto o seu ramo principal desabrochou no revisionismo, da escola soviética e europeia, o ramo maoísta, relativamente autónomo, veio a dar, vinte anos mais tarde, o revisionismo chinês, e um ramo centrista fossilizado persiste ainda hoje no “stalinismo” albanês, preparando-se para seguir o caminho dos restantes.

Assim, os caminhos, que pareciam inconciliáveis, das correntes rivais do “marxismo” oficial, acabam por se voltar a juntar, porque brotaram do mesmo tronco comum. O revisionismo é o produto universal do centrismo. Daí, a importância de conhecer a natureza do dimitrovismo para entender o sentido da luta actual no campo “marxista” e o seu desenlace previsível.

O centrismo é pois o tema deste trabalho. O centrismo, como forma original do oportunismo “comunista” do século XX, produto típico da era do imperialismo, que teve em Bukarine, Dimitrov, Estaline, Mao, Gramsci, os seus ideólogos e chefes políticos de maior projecção. O centrismo, como expressão de uma corrente intermédia operário-pequeno-burguesa e por isso obrigada a proteger a sua incoerência política e ideológica com uma armadura “férica”: despotismo “revolucionário”, “para defender a ditadura do proletariado”, organização monolítica, “para defender a unidade do Partido”, paralisia ideológica, “para defender a pureza da doutrina”. O centrismo, como artífice do revisionismo que mais tarde veio a tomar o comando do movimento operário. O centrismo, enfim, como parteiro de um regime social novo na História, o capitalismo de Estado, último reduto da burguesia, à qual permite renascer das cinzas sob uma nova forma “socialista”.

Não faltará quem ponha em causa esta tentativa de crítica àquilo que usualmente se designa como o “stalinismo”. Para uns, será uma descoberta serôdia, que vem arrombar portas há muito abertas. Para outros, será “um frete ao revisionismo e ao imperialismo”. Quero crer que não será uma coisa nem outra. Porque, se o centrismo tem sido alvo de uma crítica sistemática desde há vários decénios, essa crítica tem partido invariavelmente da direita (revisionistas, social-democratas e, entre ambos, os trotskistas). A crítica pela esquerda ao centrismo está por fazer.

Resta saber se uma tal crítica tem lugar no mundo de hoje. A nossa “esquerda” engravatada, farta de “superar” o leninismo, acha naturalmente que não. Mas as enfezadas análises que até agora deu à luz não lhe dão grande autoridade na matéria. É tão triste o espectáculo das suas deduções elegantes, visando escamotear a luta de classes e banir a ideia de ditadura do proletariado, que tudo o que se faça na via do leninismo fica justificado à partida.

Naturalmente, fazer a crítica do centrismo é já prever a sua morte. Há todas as razões para esperar que o poder demolidor do marxismo acabe por pulverizar a crosta de preconceitos pequeno-burgueses que o recobrem. Nesse dia veremos talvez surgir experiências novas de autêntica unidade popular, poderosas, capazes de derrotar o imperialismo e avançar ininterruptamente para o socialismo, porque baseadas no alicerce que há meio século lhes foi roubado: a direcção da classe operária sobre a pequena burguesia.

Atrevo-me a pensar que este trabalho será um estímulo, no desértico panorama do marxismo em Portugal, para despertar a crítica revolucionária de classe, sem a qual não se pode falar sequer em Partido Comunista e muito menos em esperanças de revolução e de socialismo. Veremos se os resultados correspondem às minhas ambições.



## OITENTA ANOS A ENTERRAR LENINE

Francisco Martins Rodrigues

O leninismo é um mundo, como tem sido bem demonstrado ao longo das intervenções neste colóquio. Gostaria de falar aqui hoje da política leninista na fase de preparação da revolução, trazendo o testemunho da minha experiência pessoal enquanto militante comunista português.

Ainda eu estava no PCP, já lá vão mais de 40 anos, e já me confundia a diferença enorme entre o “leninismo” que nós praticávamos e os textos do próprio Lenine. A intervenção do PC em Portugal parecia bastante avançada a nós, comunistas daquele tempo: unir o povo, com os operários na primeira linha, para derrubar a ditadura fascista e ganhar uma democracia avançada. Mas então descobri que Lenine, na luta contra o czarismo, punha as coisas em termos completamente diferentes. Nós proclamávamos aos antifascistas:

“O que nos separa nada é, comparado com o que nos une”

— Lenine acentuava a necessidade de

“paralisar a instabilidade, a ambiguidade e a perfídia da burguesia democrática”(1).

Nós dizíamos à classe operária que ela devia estar na vanguarda, como a mais esforçada e combativa — Lenine dizia:

“Devemos ajudar o proletariado a elevar-se do papel passivo de motor ao papel activo de guia, a passar de defensor subalterno de uma liberdade truncada a defensor totalmente independente de uma liberdade completa, em proveito da classe operária”(2).

Nós aliávamo-nos à pequena burguesia urbana, mais activa e politizada — Lenine dizia que os camponeses, alheados da política, incultos e famintos, é que eram o verdadeiro aliado do proletariado, porque ao exigir a terra criavam condições para subverter a ordem instituída. Nós resumíamos toda a nossa estratégia e a nossa tática ao derrube do fascismo — Lenine dizia que

“não se pode falar dos objectivos políticos imediatos enquanto não se esclarecerem as questões essenciais das tarefas do proletariado na nossa revolução (...), enquanto não se vir como se agrupam as classes e os partidos...”(3).

Numa palavra: nós procurávamos pôr de lado tudo o que dificultasse a unidade imediata — Lenine procurava pôr de lado tudo o que, na luta imediata, impedisse o papel dirigente do proletariado.

Que respondiam os dirigentes do PCP às nossas perplexidades? Que Lenine tivera certamente razão, fora o mais genial dos revolucionários, etc., mas que isto já não podia ser assim porque as novas condições exigiam dos comunistas uma capacidade muito maior de assumir como suas as reivindicações de todo o povo, unir todas as camadas não-monopolistas, unir a nação contra o fascismo e o imperialismo estrangeiro, construir amplas frentes de luta pela paz...

Só que esta justificação era coxa: onde mais do que na Rússia de 1905 era necessário ganhar todas as camadas da população para o derrube da autocracia, para o fim da servidão, para fazer transformações democráticas? E, no entanto, Lenine cuidara sempre em delimitar correntes no campo dos que lutavam pela liberdade, sem medo de afastar possíveis aliados; achava mesmo “indecente” o “medo de isolar o proletariado do povo pequeno-burguês”(4).

Com essa orientação permitiu que, no ano de 17, o proletariado russo se agigantasse e partisse ao assalto do poder. O que mudara, afinal, para tornar inaplicável o modo leninista de fazer política?

A diferença não podia ser explicada pela mudança das condições. Fora a estratégia que mudara. Pouco a pouco, imperceptivelmente, o leninismo fora-se tornando imprestável para os partidos comunistas (e falo aqui sobretudo da Europa, que nos diz mais directamente respeito). À medida que se foram extinguindo as réplicas daquele tremendo abalo revolucionário que sacudira a Rússia com a revolução dos soviets, os comunistas, por muito que admirassem os bolcheviques, não vendo como próxima a instauração da ditadura do proletariado, acossados por um clima social desfavorável, receosos do isolamento, consideraram inaplicável a demarcação leninista entre as posições do proletariado e as da burguesia democrática.

Assim, enquanto se proclamava sem descanso a validade universal do leninismo, este foi sendo soterrado sob uma sucessão de revisões, em camadas sobrepostas.

A primeira foi a chamada política das frentes populares, adoptada no 7º Congresso da Internacional Comunista, em meados dos anos 30, com o argumento de que “no tempo de Lenine não existia o terrorismo fascista”. Não que as frentes antifascistas, em si, tivessem algo de mal. O mal era dirigir-se os esforços de aliança para a burguesia e não para os pobres da cidade e do campo, pensar que o preço a pagar pela frente era bajular os social-democratas, calar os objectivos próprios dos comunistas, adoptar uma linguagem progressista nebulosa, conceber a luta contra o fascismo como a fusão das posições de classe contraditórias numa corrente democrática comum.

Anos mais tarde, em plena guerra mundial, novo passo: a Internacional Comunista foi dissolvida “porque os partidos já estavam temperados e maduros” — na realidade porque as potências ocidentais exigiam o fim da Internacional para abrir a segunda frente contra Hitler. A dissolução da IC — aliás, já agonizante por ter sido rebaixada a instrumento da política externa da URSS — levantou os últimos obstáculos à dispersão oportunista que empurrava cada partido a moldar-se às condições impostas pela burguesia do seu país.

Após a guerra, veio a teoria das revoluções “democrático-populares”, meias revoluções de um tipo novo, que não instauravam nem a ditadura do proletariado sobre a burguesia, nem a ditadura da burguesia sobre o proletariado — “porque agora, com o poderio da União Soviética, já é possível uma ampla aliança das classes antimonopolistas”. Para além dos abortos de capitalismo burocrático a que deu lugar na Europa de Leste, esta

teoria serviu para afundar mais ainda os partidos europeus na prática da colaboração de classes.

Por fim, no 20º Congresso do PCUS, em 1956, invocou-se mais uma vez a nova situação internacional como argumento para a revisão kruchovista:

“Lenine estava certo na sua época, mas no seu tempo não havia armas atômicas”.

E portanto os comunistas deviam abdicar de objectivos revolucionários a bem da coexistência pacífica, ganhar a aliança com os social-democratas à custa do compromisso de uma mirífica “passagem pacífica ao socialismo”, meter no limbo o conceito maldito da “ditadura do proletariado” que matava à nascença qualquer veleidade de aliança porque a burguesia democrática não o tolerava (e com boas razões!).

Se olharmos na sua sequência esta série de “actualizações” — e há nela uma linha de continuidade que passa dos stalinistas para os anti-stalinistas —, vemos que se tratou de uma revisão estratégica. Lenine cuidava permanentemente de libertar os interesses a longo prazo do proletariado da ganga “democrática” geral em que sempre se encontram soterrados, justamente porque apontava para o alvo da revolução proletária. O “leninismo” reciclado que lhe sucedeu precisava de dissolver os objectivos proletários na política democrática “de todo o povo” justamente porque adoptara como meta a introdução gradual de reformas democratizantes no regime burguês.

Nada parecia, porém, mais distante do oportunismo do que a intransigência exibida pelos PC europeus dos anos 50. Perseguidos e caluniados pelas suas burguesias, eles defendiam a pé firme a “pátria do socialismo”, lutavam contra o imperialismo, mantinham acesa a luta contra a social-democracia, defendiam a independência e unidade do partido. De tal modo que a sua luta parecia até por vezes assumir um radicalismo maior que nos tempos de Lenine.

Com uma diferença de fundo, contudo. O empenhamento de Lenine em distinguir e separar os interesses do proletariado dos das classes intermédias fora abandonado para dar lugar à luta do “campo da paz e da democracia” contra o grande capital e o imperialismo — capaz de englobar num movimento conjunto a pequena burguesia e o proletariado. O combate ao imperialismo, para se tornar aceitável a todos, passou de anticapitalista e revolucionário a democrático-humanista-pacifista. A crítica aos partidos social-democratas transformou-se na denúncia dos manejos das suas cliques — só negando base social à social-democracia se podia manter de pé o mito da unidade de interesses entre proletariado e pequena burguesia. A disputa da hegemonia proletária no movimento democrático foi substituída pela proclamação do “papel dirigente do partido” — e com esta transferência trocou-se a luta política em campo aberto pelo manobristo sem princípios. A luta interna nos partidos degenerou na caça aos “renegados, sabotadores e provocadores”, acabando por instituir um unanimismo gerador de podridão — porque reconhecer que a pequena burguesia tentava ganhar o partido por dentro poria em causa a “unidade popular”.

A ideologia “unitária” esterilizou o movimento comunista. Quanto mais cedências os partidos faziam na sua linha política à pressão burguesa democrática, na ambição de ganhar espaço na “grande massa da população”, mais o proletariado era reduzido à reivindicação económica e se apagava na cena política, mais os partidos trocavam a polémica viva pela solene enunciação de dogmas, mais autorizados se consideravam, como indiscutida “vanguarda”, a todas as manobras. Na esperança obtusa de virem a ser reconhecidos como os melhores defensores dos interesses de toda a nação, os partidos comunistas sacrificaram a identidade política do proletariado. Repetiram, com outra linguagem e noutras condições, a deriva oportunista que Lenine apontara aos antigos social-democratas:

“Renúncia às posições de classe e à luta de classes por receio de não influenciar ‘a grande massa da população’ (leia-se: a pequena burguesia)”(5).

E como na luta de classes não há espaços vazios, esta magnânima abdicação dos interesses próprios e exclusivos do proletariado redundou na ocupação dos partidos pela ideologia e pelos objectivos políticos da pequena burguesia. Os partidos comunistas foram tomados pelas fracções radicais da nova pequena burguesia assalariada, em crescimento acelerado por toda a Europa, interessada em regatear espaço junto da burguesia dominante usando como suas armas a luta do proletariado (devidamente depurada de objectivos revolucionários) e o apoio ao regime da URSS, o temido rival do imperialismo. Assim o proletariado se tornou o servente do movimento democrático burguês, sob o emblema da foice e do martelo.

Não é agora o momento de fazer o historial das posições reformistas, eleitoralistas, chauvinistas assumidas pelos partidos comunistas europeus, mesmo no mais aceso da sua resistência à “Guerra fria”. Os tons radicais e a terminologia “marxista” com que se ocultavam, juntos com a imagem “socialista” da URSS, permitiram que se arrastasse por decénios o seu apodrecimento. Foi só quando, a partir dos anos 60, a classe governante “soviética” iniciou os primeiros passos para negociar com o imperialismo a sua reconversão ao capitalismo privado, que os aparelhos dos partidos europeus, já corrompidos até à medula, consideraram esgotada a opção “leninista” e se puseram também à procura de uma via de capitulação. Seguiu-se logicamente a renegação aberta do leninismo e o dar a mão à palmatória da social-democracia: Lenine tinha sido “maximalista”, porque queria levar tudo longe de mais; “jacobino”, porque estava obcecado pela conquista do poder; “reductor” e “sectário”, porque afastava os aliados; “fraccionista”, porque criava contínuas guerras dentro do partido...

Assim o leninismo se transformou em antileninismo, à sombra dos vivos a Lenine.

E na pequena corrente que hoje aqui e além retoma a bandeira do leninismo? Eu creio que a defesa que fazemos da política leninista ainda é dúbia, reticente e muitas vezes mais formal do que real. Criou-se um certo consenso de que as ideias políticas de Lenine teriam envelhecido irremediavelmente perante as transformações sociais profundas do último século. A demarcação de interesses entre proletariado e pequena burguesia em que o leninismo apostou, hoje já não seria operativa nas nossas sociedades avançadas, em que se diluíram as antigas fronteiras entre proletários miseráveis e

proprietários opulentos, e a esmagadora massa da população assalariada defronta o “punhado de monopolistas sem pátria”. Há uma opinião generalizada, embora nem sempre claramente articulada, de que a linguagem de classe rigorosa pode ser muito útil para estudos de marxismo mas na política prática não funciona, conduz ao doutrinário, ao obreirismo, ao isolamento.

Esquece-se porém que as transformações sociais profundíssimas que as metrópoles capitalistas vêm atravessando não atenuam mas agudizam o seu antagonismo essencial, entre produtores e apropriadores de mais-valia, ao fazerem proliferar as camadas assalariadas auxiliares da extracção de mais-valia ou puramente parasitárias. A imagem “popular” e facilmente aceite de um antagonismo universal entre os magnates capitalistas e “os mais de 90 por cento da população reduzidos ao trabalho assalariado” esquece a complexa e vastíssima rede de camadas intermédias que beneficiam, em maior ou menor medida, de suplementos da mais-valia, distribuídos pela classe dominante para garantir a eficácia e estabilidade do seu sistema de exploração. Lenine, já no seu tempo, dava-se ao trabalho de desfibrar, no espaço entre o proletariado e a burguesia, as posições de semiproletários, pequeno-burgueses, semi-pequeno-burgueses, aristocracia operária, burocracia operária, etc. É esse imenso trabalho de demarcação política e ideológica que falta realizar nas condições actuais, para que volte a emergir a identidade do proletariado.

Querer formular uma estratégia e uma tática de luta do proletariado pelo fim do capitalismo sem tomar em conta aquilo que distingue o proletariado de todas as outras classes e camadas, pode proporcionar todos os êxitos e vantagens políticas que se queiram — mas conduz de certeza ao desastre quando chegar o momento em que os diferentes interesses das classes saem da relativa indefinição ou adormecimento dos períodos de paz social e se revelam brutalmente à luz o dia —, quando se entra em crise revolucionária. Aí, torna-se antagónica a postura dos que precisam de abolir o sistema capitalista e dos que simplesmente querem regatear melhores posições dentro do sistema e à custa dos de baixo. Vimo-lo claramente, nós, comunistas portugueses, durante a crise revolucionária de 1974-75.

A ideologia democrática pode proporcionar — e proporciona de facto — popularidade, êxitos eleitorais, vantagens, mas, quando chega a hora da verdade, revela a sua natureza antiproletária. Aí, o proletariado que ao longo dos anos anteriores de escaramuças não ganhou ténpera política e ideológica e se habituou a servir de auxiliar da burguesia será incapaz de fazer prevalecer os seus interesses. Foi o que também constatámos dolorosamente em Portugal no Outono de 75.

Aprendamos com Lenine que a conquista de alianças de classe não é a troca dos objectivos do proletariado por imaginárias metas não-revolucionárias, capazes de seduzir a pequena burguesia; nem é a troca da voz independente e exigente do proletariado pelos discursos unitário-diplomáticos que agradam a todos e nada esclarecem — é armar o proletariado com a capacidade de arrastar atrás de si as camadas vacilantes.

Aprendamos com Lenine que criticar os sectores burgueses que ficam contíguos ao proletariado não prejudica a luta contra o inimigo principal, reforça-a. De facto, como se pode dar real poder ofensivo à luta das massas contra a actual onda de pilhagem e terror lançada pela burguesia, com debilidades pequeno-burguesas como a “justa retribuição do trabalho”, a “altermundialização”, o “Estado de direito democrático”, o “respeito pelos direitos humanos”, a “Europa social”, a “luta por um mundo melhor”, se não mostrarmos diariamente ao proletariado o sinal de classe pequeno-burguês das propostas conciliadoras, reformistas, pacifistas, alienantes que diariamente lhe são apresentadas? Sem a hegemonia da política proletária dentro dele, esses movimentos, por muito positivos que sejam os seus impulsos espontâneos, degeneram continuamente em sonhos patetas de humanizar e domesticar o capitalismo.

Há quem estude o leninismo em busca de fórmulas que nos dêem a receita mágica para o êxito. Tais fórmulas não existem. O mundo muda continuamente e decorar fórmulas é o caminho mais certo para nos perdermos. Uma só linha de rumo extraído do leninismo: distinguir continuamente os interesses políticos do proletariado dos da pequena burguesia; ver tudo pelos olhos da única classe que está interessada na liquidação até ao fim do capitalismo, na expropriação da burguesia. Desde que tenhamos essa linha sempre presente encontramos as respostas políticas de cada dia. Pelo menos foi isto que eu aprendi do leninismo.

(1) Lenine, *Duas tácticas da social-democracia na revolução democrática*, ed. Estampa, Lisboa, 1975, p. 10.

(2) Lenine, *Oeuvres*, ed. du Progrès, Moscovo, 1977. Tomo 12, p. 505.

(3) Id., p. 126.

(4) "A propósito da revolução nacional", Maio de 1907. *Oeuvres*, tomo 12, p. 409.

(5) "A situação e as tarefas da Internacional Socialista", Novembro de 1914. *Oeuvres*, 1973, tomo 21, pp. 29-30.

## QUE PARTIDO?

Francisco Martins Rodrigues

Muito se falou, nos anos da luta contra o revisionismo, da criação de um “partido de tipo novo”, “bolchevique”, “leninista”. Porém, aquilo que, na realidade, o movimento marxista-leninista conseguiu gerar foram partidos sem dúvida mais radicalizados mas moldados no mesmo unanimismo dogmático dos anteriores.

Reclamando-se dos “princípios leninistas de partido”, não se atreveram a recriá-los, na maioria dos casos por nem sequer os conhecer. Não é de estranhar por isso que rapidamente perdessem o vigor inicial e se revelassem terreno fértil para o burocratismo e para a proliferação de tendências oportunistas. A dissolução ideológica em que soçobraram resultou do receio a uma verdadeira ruptura com a experiência anterior.

Hoje, quando se começa novamente a falar na necessidade de criação de um partido comunista, há razão para voltarmos às lições que se podem colher na experiência organizativa dos velhos partidos e dos partidos “M-L” dos anos 70. Com estas breves notas, procuro retomar uma reflexão já iniciada nestas páginas(1), para evitar que amanhã “bolcheviques” de vistas curtas recaiam em velhos erros.

### Unidade para Resistir

É sabido, mas muitas vezes esquecido, que o partido comunista, corpo estranho na sociedade burguesa que proclama pretender derrocar, sofre uma tremenda pressão da parte desta para ser digerido e destruído: pressão policial e militar quando necessário, mas também política e ideológica, na actividade legal de todos os dias. Pressão que provém não apenas do aparelho de poder burguês mas também das cantadas pequeno-burguesas contíguas ao proletariado e das flutuações no seio do próprio proletariado, como resultado da ditadura a que está submetido.

É essa pressão que causa, nos períodos “normais” de desenvolvimento pacífico da luta de classes, a dificuldade extrema dos comunistas se inserirem na política diária, actuarem ao nível das massas, fazerem uma utilização revolucionária da luta por reformas, sem se deixarem subverter pela tendência envolvente para a adaptação às regras e limites do sistema. As mais das vezes, cria-se um verdadeiro fosso entre os objectivos estratégicos a que o partido procura ser fiel e as necessidades imediatas da táctica. Daí a tendência para surgir em quase todos os partidos comunistas uma ala “esquerdista, sectária, dos que tentam preservar a natureza revolucionária do partido pelo isolamento, e uma ala oportunista (quase sempre maioritária), dos que tentam ganhar influência política adaptando-se ao movimento espontâneo e sacrificando os objectivos revolucionários.

Compreende-se, nestas condições, que a defesa da unidade do partido em torno do seu programa revolucionário seja para o PC uma exigência vital. A questão está em saber por que meios se alcança essa unidade.

### O Partido "Monolítico"

Os partidos da Internacional Comunista procuraram preservar a unidade interna através do modelo organizativo a que chamaram “centralismo democrático”, copiado do PC da URSS. Nos anteriores partidos social-democratas houvera uma desastrosa tolerância para com o oportunismo e o reformismo. Agora, os novos partidos comunistas queriam-se, segundo uma definição de Staline que fez escola, “monolíticos”, “fundidos numa só peça”, a fim de garantir que não recaíram nos mesmos erros. Começava a era do partido de aço, onde não haveria sombra de dissidências, não um “clube de discussões” mas o estado-maior da revolução em cujo interior reinaria a ordem perfeita.

Trata-se na realidade, como bem sabem todos os que lhe fizeram a experiência, de um centralismo não democrático mas antidemocrático. As células e comités funcionam sob rigorosa vigilância dos emissários da direcção, a comunicação entre os membros do partido é severamente restringida, o medo à iniciativa é geral, a manifestação de opiniões próprias é desencorajada, as divergências são punidas, as eleições abolidas ou falseadas, os congressos e assembleias programados, a crítica e autocritica transformadas numa espécie de confissão religiosa dos pecados. Neste tipo de organização, todas as pretensas garantias democráticas consignadas nos Estatutos – eleição de baixo para cima, direito de crítica, prestação de contas de cima para baixo, congresso soberano de delegados livremente eleitos pela base, direitos iguais para todos – acabam por se esvaziar por completo, como em qualquer partido burguês. A instância suprema de direcção exerce não apenas o poder no partido, como seria legítimo, mas um poder absoluto, que não é temperado por qualquer possibilidade de fiscalização ou contestação.

Durante meio século, os partidos comunistas em todo o mundo colheram como frutos desse centralismo antidemocrático a esterilização teórica, o oportunismo político e o maquiavelismo organizativo. A vida mostrou que o abafamento da democracia interna, que deveria, na mente dos burocratas, evitar os desvios e garantir a unidade, acaba por favorecer a degeneração reformista. Mas foi justamente esse modelo de organização que o movimento “marxista-leninista” adoptou nos novos partidos que começaram a surgir a partir dos anos 60, na convicção de que assim ressalvava o “legado de Lenine e Staline”.

### "Disciplina de Classe"

Como é possível fazer vigorar em partidos com milhares de membros esta disciplina própria de uma seita?



Em primeiro lugar, naturalmente, pela submissão voluntária dos membros do partido. A discriminação, as calúnias e as perseguições a que a actividade dos comunistas está sujeita, mesmo nos regimes mais democráticos, predispõe os militantes a aceitar, num conceito equivocado de lealdade, a obediência sem reservas, “para não criar mais dificuldades ao Partido”. Os órgãos dirigentes, pela sua parte, fomentam activamente este estado de espírito, que lhes poupa muita controvérsia e trabalho de convencimento e lhes dá uma reconfortante ilusão de coesão interna.

Fazem mais: teorizam-no. Quando nos anos 50 militei no PCP, o regime ultracentralizador era justificado pelos dirigentes não apenas como uma necessidade da clandestinidade (o que não oferecia dúvidas a ninguém), mas como uma manifestação da ordem proletária, que não tolerava a “bagunça das polémicas entre intelectuais.” Lisonjeava-se o atraso político como manifestação de espírito de classe. Impedidos de participar em verdadeiros debates políticos, de confrontar opiniões, os operários do partido apegavam-se a uma confiança submissa nos dirigentes e acabavam por subscrever as posições mais oportunistas desde que envolvidas em palavreado e atitudes “comunistas”.

A disciplina de seita, da obediência sem discussão, ainda hoje seduz o espírito de certos militantes, inclusive operários, que julgam assim tornar-se bons soldados na guerra de classes. Mas nem a guerra entre as classes pode ser reduzida a um confronto militar, nem o partido pode ser reduzido a um exército. É um idealismo tosco supor que o partido comunista possa deixar de espelhar no seu interior a luta de tendências que se processa no movimento operário e a luta de classes em geral.

De facto, o sonho do partido a funcionar como um relógio representa já a ideia do partido como exterior à classe. Quanto mais fraca é a autoridade do partido perante a classe, quanto menor é a confiança dos seus dirigentes na classe, quanto mais frouxos os laços do partido com a classe, tanto mais emerge a tendência para compensar essa fraqueza através da disciplina rígida. Dirigentes incapazes de orientar a classe nos grandes confrontos gostam de controlar com rédea curta os membros do partido.

## Lenine

Um segundo expediente, forjado pelo PC da URSS e adoptado pelos partidos de todo o mundo, consistiu em atribuir a Lenine a autoria deste “centralismo democrático”, que Staline, como bom discípulo, teria sistematizado. Deturpou-se a história do POSDR e do partido bolchevique para fazer crer que Lenine se batera durante toda a vida pelo partido “monolítico”.

Ocultou-se que Lenine, só nos últimos anos, arrastado pela agonia da revolução, começou a deslocar-se para os conceitos da disciplina de tipo militar no partido, mas que essa nunca fora a sua prática durante vinte anos de luta revolucionária. As excepcionais qualidades de polemista de Lenine formaram-se num clima de ardente confronto de opiniões no interior do partido, polémicas na imprensa operária, consultas

e votação de moções concorrentes nas organizações do partido, congressos que duravam semanas e em que batalhavam tendências opostas...

“Unidade na acção, liberdade de discussão e de crítica”, “permitir ao partido medir a profundidade ou a insignificância dos desacordos”, “que o partido saiba tudo”, “os desacordos não poderão deixar de se manifestar num partido que se apoia sobre um prodigioso movimento popular” são algumas das formulações de Lenine sobre o assunto que ficaram clássicas mas que os comunistas portugueses desconheciam.

Também não é verdade que a formação do partido bolchevique, em 1912, tivesse posto termo aos debates internos. As actas do comité central no ano de 1917 revelam um partido em permanente debate. Mesmo em vésperas da revolução, assembleias de militantes escutavam intervenções de membros do CC que se opunham à tomada do poder. Nos primeiros anos após a revolução manteve-se este espírito de liberdade de discussão.

### A "Máquina"

Mas os argumentos ideológicos não bastam para impor esta supressão da democracia. É preciso um cimento, que é dado pelo “aparelho” de “controleiros” e funcionários. De facto, no partido pseudoleninista, os militantes dispostos a dedicarem-se integralmente à acção revolucionária tornam-se mão-de-obra da direcção para submeter a base do partido a uma obediência incondicional.

A espinha dorsal do partido fica assim constituída por uma pirâmide de pequenos chefes, viveiro de autómatos, quando não de caciques, mais atentos a acertar o passo pelo poder que está em cima do que às questões de princípio e ao sentir da base. O essencial da vida partidária fica concentrado nas mãos de militantes que não participam na elaboração da linha do partido nem na sua aplicação, mas apenas a transmitem, verdadeiras “correias de transmissão” cuja capacidade mais apreciada é a prontidão na execução das directivas e a vigilância sobre eventuais dissidentes.

A “formação ideológica” que é ministrada a estes “quadros” visa fomentar a memorização acéfala, matar o espírito crítico e corrompê-los como uma “elite comunista”.

Dizia Marx, a propósito da organização secreta animada por Bakunine:

“Eleva-se a princípio a necessidade de depravar uma pequena minoria bem escolhida de operários a quem se lisonjeia separando-os da massa pela iniciação misteriosa, fazendo-os participar no jogo de intrigas e de imposturas do governo secreto.”(2)

Como não pensar nos “cursos de formação” e nas “reuniões dos quadros proletários” que o PC(R), durante a sua breve existência, se afadigou a copiar do PCP?

## Necessidade Histórica

A prática do centralismo antidemocrático, fenómeno universal em todo o movimento “comunista”, não pode ser explicada por “erros”, pelo “culto da personalidade” ou por um pendor para o burocratismo.

Ela foi a solução necessária forjada pelo PC da URSS para pôr de pé o regime altamente centralizador do capitalismo de Estado. Erigido em alicerce da máquina do Estado, quando a ditadura do proletariado era apenas uma aspiração impossível, o velho partido bolchevique perdeu a sua tradição de partido operário revolucionário, vivo e combativo, e foi forçado a instituir normas internas opressivas, indo até à paranóia, à delação, aos processos sumários, etc. O espírito tirânico de Staline só assumiu proporções desastrosas porque veio ao encontro de necessidades reais da sociedade “soviética” nessa altura: fazer uma acumulação acelerada de capital sob a bandeira do “socialismo”.

Naturalmente, a direcção do partido russo não tardou a exportar a sua concepção de “centralismo democrático” para os partidos comunistas de todo o mundo. Convinha-lhe a concentração burocrática de todo o poder em reduzidos órgãos dirigentes para garantir que esses partidos não escapariam à sua tutela e defenderiam os seus interesses no exterior. Por seu lado, a menoridade do movimento comunista na maioria dos países, por ausência de uma base operária revolucionária como a que existira na Rússia no começo do século, o seguidismo face à “pátria do socialismo”, o terror fascista, criaram condições propícias para a adopção generalizada deste falso “centralismo democrático”.

Foi só quando os partidos começaram a distanciar-se da tutela soviética, a partir dos anos 60, que as normas do “centralismo democrático” começaram neles a ser questionadas e afrouxadas. Mas aí foi para regressar ao estilo social-democrata, de convivência com o oportunismo, e para dar livre curso ao revisionismo.

## Centralismo em Democracia

Não se corre justamente o perigo de, ao combater os excessos de centralismo, vir a recair no estilo liberal social-democrata, na liberdade para os grupos e fracções, na indisciplina, na perda de espírito militante e de vigilância, em todas as taras próprias dos partidos burgueses?

Sim, esse perigo está sempre presente mas o partido não está condenado a optar entre o ultracentralismo ou o liberalismo. Se tiver um programa marxista e se ligar aos destacamentos mais combativos do proletariado e semiproletariado encontrará forças para praticar a verdadeira opção comunista: o centralismo democrático.

Tudo depende de saber conjugar o centralismo com a democracia. Como se escrevia na P.O. há treze anos, no artigo citado, “a luta pela unidade política, o centro único e a disciplina, a unidade de acção e a aplicação das decisões maioritárias são absolutamente necessários na vida do comunista” mas “a vontade única só se atinge pela prática da democracia”. A luta interna não tem que ser negada ou proibida, tem que dispor de mecanismos apropriados para se exprimir.

Para já, as perspectivas da criação de um novo partido comunista realmente revolucionário não parecem favoráveis em Portugal (e talvez por toda a Europa). Isto não significa que se deva cruzar os braços. Importa, como escrevi num artigo anterior, concentrarmo-nos aturadamente no trabalho preparatório do partido: núcleos comunistas, intervenções pontuais na luta de classes, trabalho de propaganda, debates, que implantem na parte avançada da classe uma nova corrente de ideias comunistas, entre as quais se conta o método do centralismo democrático.

## **PARTIDO: CUIDADO COM OS PARTOS PREMATUROS**

Francisco Martins Rodrigues

Declarar o partido constituído seria para alguns a chave mágica para ultrapassar as dificuldades actuais dos comunistas. Pode ser pelo contrário uma armadilha a afastar-nos do alvo.

Surge por vezes a ideia de que as dificuldades teóricas e práticas com que nos debatemos permanecerão insuperáveis enquanto não dermos um passo audacioso para a criação do partido comunista. o partido seria o desatar do nó em que a corrente comunista se encontra envolvida.

Em minha opinião, os camaradas que apelam à criação rápida do partido, convictos de que isso depende apenas de um acto de vontade de um núcleo de militantes audaciosos, subestimam o próprio partido. Vêem-no com os olhos de há trinta anos, quando a iminência da crise final do regime fascista e o apoio internacional da corrente marxista-leninista justificavam todas as temeridades... e ilusões.

Hoje, o problema põe-se em termos inteiramente diferentes. Primeiro, porque a situação mudou. O modelo do partido comunista formado numa reunião conspirativa de uma dúzia de membros foi perfeitamente adequado às condições da repressão fascista, quando a gestação do partido tinha de fazer-se de forma subterrânea; seria injustificado hoje e enquanto se mantiverem as actuais condições, com o processo político e ideológico a desenrolar-se à luz do dia. Mas além de não vivermos já uma situação de “fim de regime” como a de 1970, também não temos « direito de acreditar então na facilidade da edificação do partido. Nesse tempo procuravam-se afanosamente em Lenine, Staline, Mao, fórmulas mágicas para o êxito do partido comunista, na crença de que a revolução anticapitalista batia à porta por todo o lado. A experiência vivida obrigou-nos a reformular as nossas perspectivas a mais longo prazo. E a aprender uma noção marxista que esquecêramos: o partido comunista só será autêntico se vier dar expressão política a uma corrente social e ideológica preexistente; é preciso que uma corrente de ideias revolucionárias, um programa comunista em esboço, ganhe uma fracção avançada do proletariado e do semiproletariado, um punhado de intelectuais, para que o terreno esteja minimamente adubado para a implantação do partido.

Se há um erro de princípio a criticar à geração que nos anos 70 se lançou à criação do novo partido comunista contra a traição revisionista, esse erro foi, em minha opinião, o ter-se abandonado cedo de mais o trabalho inicial de demarcação de terrenos no plano ideológico, passando a consagrar todos os esforços à disputa política quando ainda faltava muito para definir os contornos de uma corrente comunista renovada.

As diversas tentativas de partido (de que o PC(R) e o MRPP foram os mais consistentes), referindo-se abundantemente ao leninismo, ampararam-se às ideias herdadas do período final de Staline, embora a experiência já estivesse a demonstrar que muitas delas tinham que ser questionadas; pior, foram pouco a pouco afunilando as suas

posições ideológicas e políticas pelo figurino recebido do “campo socialista” o PC(R) guiando-se sobretudo por Tirana, e o MRPP por Pequim.

Temos que dizer que uma crítica mais atenta e mais séria ao fenómeno do revisionismo e do social-imperialismo soviético teria permitido já nessa altura caracterizá-los como manifestações de um capitalismo de Estado e portanto reconhecer que não se tratava de “erros” ou de desvios dos dirigentes; reconhecer sobretudo que os regimes chinês, albanês, etc. eram essencialmente semelhantes ao regime “soviético”, embora mais jovens, e estavam condenados ao mesmo percurso. A crítica chinesa do início dos anos 60 e alguma da crítica mais perspicaz de origem trotskista e anarco-comunista já dera todos os elementos para compreender que não se podia falar, a propósito do Leste, de “socialismo” nem de “ditadura do proletariado”, com ou sem desvios, mas de revoluções nacionais anti-imperialistas desembocando no capitalismo de Estado.

Quer isto dizer que as conclusões que na P. O. viemos atingindo ao longo dos últimos anos poderiam perfeitamente ter sido alcançadas já antes do 25 de Abril pelos grupos “marxistas-leninistas” se estes não tivessem sido dominados por uma certa forma de oportunismo “activo” a busca de frutos políticos antes de saber para onde se caminha (primeiro a FAP, e depois todos os grupos). Hoje ninguém tem dúvidas de que esse oportunismo dos anos 60 pesou, e muito, sobre o triste desenlace da crise revolucionária de 74-75.

Não temos hoje uma corrente de ideias comunistas. E o problema não é apenas nosso; é, como todos sabem, um fenómeno mundial. Após o afundamento do movimento comunista surgido ao impulso da revolução russa, os comunistas debatem-se com uma catadupa de interrogações, impostas pelas novas realidades. Interrogações agudas sobretudo neste chamado “mundo desenvolvido” onde não restam por cumprir tarefas democrático-burguesas e a sociedade se debate com o capitalismo em putrefacção. Por exemplo: como delimitar os interesses autónomos do proletariado no mar da ideologia burguesa? como ganhar o apoio das grandes massas assalariadas ao objectivo comunista? como aproveitar a legalidade burguesa sem se deixar aprisionar nela? como combinar a luta revolucionária em cada país com a dimensão forçosamente internacional da revolução? como pode a ditadura do proletariado materializar-se numa autêntica democracia? e como pode ser preservada nas condições do cerco imperialista, inevitáveis durante um primeiro tempo? como passar de uma economia capitalista avançada, invadida pelo mercado, a uma economia socialista? como deter a agressão e espoliação dos povos oprimidos pelo imperialismo?

E as questões poderiam prosseguir quase indefinidamente. É certo que a resposta prática a cada um destes problemas só pode ser encontrada através da própria luta: “descobre-se o caminho andando”. É ilusório contudo pensar que a marcha se pode iniciar às cegas, quando é tão largo o fosso entre os objectivos visados e os meios ao nosso alcance.

Se não tivermos um começo de resposta a estas questões, nem que seja embrionário, podemos ter a certeza de que qualquer novo partido comunista tenderá, pela força da inércia, a pisar os trilhos já percorridos, por muito sincero que possa ser o seu impulso

inicial. Aqueles que pensam que “basta ser fiel aos clássicos” para encontrar o caminho não sabem ainda no que estão metidos.

Cingindo-nos aqui apenas à política comunista nos países imperialistas, que são os que nos dizem directamente respeito, é preciso ter em conta as novas relações de classes, com a contracção do proletariado, o prático desaparecimento do campesinato e a dilatação do semiproletariado das camadas parasitárias, situação que não foi conhecida por Lenine, muito menos por Marx, e que exige respostas novas para tornar possível a hegemonia do proletariado.

Do mesmo modo, no terreno sindical, é preciso apreender as lições dos movimentos de massas modernos na luta para se emanciparem da burocracia dos sindicatos institucionalizados e para criarem formas novas de organização onde possa ter lugar a democracia de massas.

A utilização revolucionária do parlamento é, sobretudo nos países imperialistas, uma questão em aberto devido ao apodrecimento das instituições que o torna hoje muito mais difícil do que no passado.

Inclusive tem que ser revisto tudo o que nos ensinaram sobre o “centralismo democrático” e o “estilo leninista de partido”, já que a experiência mostrou ter sido aplicada em todo o mundo uma adaptação stalinista altamente centralizadora, burocrática e alheia ao pensamento de Lenine e à prática do partido bolchevique durante a sua fase revolucionária.

Estas e outras questões vitais para a acção de um partido comunista estão muito longe de ter respostas novas, mesmo em esboço.

A este respeito, pode ser instrutivo observar quatro variantes de partidos “de esquerda” que se manifestaram entre nós nos últimos tempos e que são verdadeiras máquinas de desaccumulação de forças, já que, cada um à sua maneira, canaliza as energias populares para dentro do sistema. Primeiro e sempre, o trabalho esforçado, minucioso, do PCP “com as massas”, ajudando-as a defender as “conquistas”, mas que as encaminha para o seio das instituições burguesas e para o respeito supersticioso pelo parlamento e pela ordem burguesa, na mira de vir a merecer um lugar no governo pela via constitucional; esta estratégia (a que a UDP aderiu desde há duas décadas) conduz à degradação oportunista e à gradual integração no sistema.

Temos, por outro lado, a opção do PSR por reivindicações, movimentos e formas de luta alternativas ao reformismo do PC, com a correspondente busca de “novas vanguardas”; traduz-se, apesar do mérito de uma ou outra acção, numa forma de expressão da jovem pequena burguesia descontente, sem consequências de maior sobre a marcha do sistema, a não ser a rodagem de alguns quadros que, a seu tempo, irão ocupar um lugar na gestão do sistema.

Depois ainda o PCTP/MRPP, onde o primitivismo ideológico pseudo-stalinista e o sectarismo obtuso do “verdadeiro partido da classe operária” servem de abrigo a um radicalismo reformista que não desdenha o eleitoralismo e é capaz de apoiar o PS quando julga daí extrair alguma vantagem.

Tivemos, por último, num nível diferente, a aposta das FP-25 nas acções armadas de guerrilha urbana como meio de “despertar” e “excitar” um movimento popular em declínio e que, perante a falta de resposta das massas, evoluiu para a pressão sobre as instituições; com o seu desabar fragoroso, destróçou uns tantos militantes potenciais e desacreditou por algum tempo a ideia da revolução violenta.

Face a estas quatro variantes da intervenção política da pequena burguesia, da mais conformista à mais radical, mas todas opostas aos interesses revolucionários do proletariado, temos que nos interrogar: como faremos para não recair, apesar das nossas excelentes intenções, numa ou noutra variante de oportunismo? Naturalmente, elas balizam-nos o caminho, indicando o que não se deve fazer, mas não nos resolvem o problema do que é necessário fazer.

Pessoalmente, penso que vai ser preciso atravessar uma fase preliminar, que nenhum “acto de vontade” pode suprir, de tacteamentos, experiências em pequena escala, investigação teórica, antes que se reúnam as condições para a formação do partido comunista. O partido (tomando como assente que falamos de um autêntico Partido de classe e não uma qualquer seita que se decreta a si própria “o único e verdadeiro partido da classe operária”) só surgirá pela confluência de uma série de movimentos de massa espontâneos ou semi-organizados, grupos de propaganda, núcleos de intervenção sindical e cultural, jornais e revistas e isto ao fim de um certo tempo de debate e confronto aberto de posições, com os conflitos, dúvidas, avanços e recuos inerentes.

Assumir o período germinatório actual como uma etapa necessária e não como uma penitência, pôr de lado tanto as lamentações como os planos “grandiosos”, que encobrem a renúncia ao trabalho, multiplicar as experiências locais, pontuais, de propaganda, agitação e organização revolucionárias esta pode ser uma primeira resposta para sair do impasse e fazer avanços efectivos. Ou seja: suspirar menos pelo Partido e trabalhar mais na prática para o tornar possível.

Nós, na PO, conscientes de que somos apenas uma parcela desse movimento, estamos abertos a cooperar com todos os militantes e grupos, visando dar corpo a uma corrente de ideias e de acção comunistas em Portugal, condição para o surgimento do partido comunista.



# O IMPERIALISMO E A CISÃO DO SOCIALISMO

Vladimir Lênin

Existe uma ligação entre o imperialismo e a vitória monstruosa e abominável que o oportunismo (na forma de social-chauvinismo) alcançou sobre o movimento operário na Europa?

É esta a questão fundamental do socialismo contemporâneo. E depois de termos estabelecido completamente na nossa literatura partidária o carácter imperialista da nossa época e desta guerra em primeiro lugar, e em segundo lugar a ligação histórica indissolúvel do social-chauvinismo com o oportunismo, e igualmente o seu conteúdo ideológico-político idêntico, pode-se e deve-se passar à elaboração desta questão fundamental.

É preciso começar por uma definição o mais precisa e completa possível do imperialismo. O imperialismo é um estágio histórico particular do capitalismo. Esta particularidade é tripla: o imperialismo é: (1) — capitalismo monopolista; (2) — capitalismo parasitário ou em decomposição; (3) — capitalismo moribundo. A substituição da livre concorrência pelo monopólio é o traço económico fundamental, a essência do imperialismo. O monopolismo manifesta-se em 5 tipos principais: 1) os cartéis, consórcios e trusts; a concentração da produção alcançou o nível que gerou estas associações monopolistas de capitalistas; 2) a situação monopolista dos grandes bancos: 3-5 bancos gigantescos comandam toda a vida económica da América, da França, da Alemanha; 3) a apropriação das fontes de matérias-primas pelos trusts e pela oligarquia financeira (o capital financeiro é o capital industrial monopolista que se fundiu com o capital bancário); 4) a partilha (económica) do mundo pelos cartéis internacionais começou. Contam-se já para cima de cem desses cartéis internacionais, que dominam todo o mercado mundial e o dividem «amistosamente» — enquanto a guerra não o redividir. A exportação do capital, como fenómeno particularmente característico, diferentemente da exportação de mercadorias no capitalismo pré-monopolista, está em estreita ligação com a partilha económica e político-geográfica do mundo; 5) a partilha territorial do mundo (colónias) terminou.

O imperialismo, como estágio superior do capitalismo da América e da Europa, e depois também da Ásia, formou-se completamente em 1898-1914. As guerras hispano-americana (1898)(N22), anglo-bóer (1899-1902)(N23) e russo-japonesa (1904-1905)(N24) e a crise económica na Europa em 1900 — tais são os principais marcos históricos da nova época da história mundial.

Que o imperialismo é capitalismo parasitário ou em decomposição, isso manifesta-se, em primeiro lugar, na tendência para a decomposição que distingue todo o monopólio sob a propriedade privada dos meios de produção. A diferença entre a burguesia imperialista republicano-democrática e monárquico-reaccionária apaga-se precisamente porque uma e outra apodrecem vivas (o que de modo nenhum elimina o desenvolvimento espantosamente rápido do capitalismo em alguns ramos da indústria,

em alguns países, em alguns períodos). Em segundo lugar, a decomposição do capitalismo manifesta-se na criação de uma enorme camada de rentiers, de capitalistas que vivem de «cortar cupões». Nos quatro países capitalistas avançados, a Inglaterra, a América do Norte, a França e a Alemanha, o capital em títulos ascende em cada um a 100-150 milhares de milhões de francos, o que significa um rendimento anual de pelo menos 5-8 milhares de milhões por país. Em terceiro lugar, a exportação do capital é o parasitismo ao quadrado. Em quarto lugar, «o capital financeiro aspira à dominação e não à liberdade». A reacção política em toda a linha é uma característica do imperialismo. Venalidade, suborno em proporções gigantescas, um panamá de todos os tipos(N25). Em quinto lugar, a exploração das nações oprimidas, indissoluvelmente ligada às anexações e particularmente a exploração das colónias por um punhado de «grandes» potências, transforma cada vez mais o mundo «civilizado» num parasita no corpo de centenas de milhões de pessoas dos povos não civilizados. O proletariado romano vivia à custa da sociedade. A sociedade actual vive à custa do proletariado moderno. Marx sublinhou particularmente esta profunda observação de Sismondi(N26). O imperialismo modifica um pouco a situação. Uma camada privilegiada do proletariado das potências imperialistas vive parcialmente à custa de centenas de milhões de pessoas dos povos não civilizados.

É compreensível por que é que o imperialismo é capitalismo moribundo, em transição para o socialismo: o monopólio, que cresce do capitalismo, é já a agonia do capitalismo, o começo da sua passagem para o socialismo. A gigantesca socialização do trabalho pelo imperialismo (aquilo a que os apologistas, os economistas burgueses, chamam «entrelaçamento») significa a mesma coisa.

Ao apresentar esta definição do imperialismo entramos em completa contradição com K. Kautsky, que se nega a ver no imperialismo uma «fase do capitalismo» e define o imperialismo como uma política «preferida» pelo capital financeiro, como tendência dos países «industriais» para anexarem os países «agrários»(1\*). Esta definição de Kautsky é inteiramente falsa do ponto de vista teórico. A particularidade do imperialismo é a dominação precisamente não do capital industrial mas financeiro, a tendência para a anexação precisamente não apenas dos países agrários mas de toda a espécie de países. Kautsky desliga a política do imperialismo da sua economia, desliga o monopolismo em política do monopolismo na economia, para limpar o caminho ao seu vulgar reformismo burguês como o «desarmamento», o «ultra-imperialismo» e outros disparates semelhantes. O sentido e o objectivo desta falsidade teórica reduzem-se inteiramente a dissimular as contradições mais profundas do imperialismo e a justificar deste modo a teoria da «unidade» com os apologistas do imperialismo, com os sociais-chauvinistas e os oportunistas abertos.

Já nos detivemos suficientemente neste rompimento de Kautsky com o marxismo tanto no Sotsial-Demokrat como na Kommunist(N27). Os nossos kautskistas russos, os «okistas»(2\*) com Axelrod e Spektator à frente, sem excluir Márto e, em grau significativo, Trótski, preferiram silenciar a questão do kautskismo como orientação. Eles tiveram medo de defender aquilo que Kautsky escreveu durante a guerra, limitando-se ou simplesmente a louvar Kautsky (Axelrod na sua brochura alemã, que o

CO prometeu publicar em russo) ou a referir cartas particulares de Kautsky (Spektator) onde ele afirma que pertence à oposição e procura jesuiticamente anular as suas declarações chauvinistas.

Notemos que na sua «concepção» do imperialismo — que equivale a embelezá-lo — Kautsky anda para trás não só em comparação com O Capital Financeiro de Hilferding (por mais que o próprio Hilferding hoje defenda Kautsky e a «unidade» com os sociais-chauvinistas!) mas também em comparação com o social-liberal J. A. Hobson. Este economista inglês, que não tem nem sombras de pretensão ao título de marxista, define o imperialismo e revela as suas contradições de modo muito mais profundo na sua obra de 1902(3\*). Eis o que escreveu este escritor (no qual se pode encontrar quase todas as vulgaridades pacifistas e «conciliadoras» de Kautsky) sobre a questão particularmente importante do parasitismo do imperialismo:

Circunstâncias de dois tipos enfraqueceram, na opinião de Hobson, a força dos velhos impérios: 1) «o parasitismo económico» e 2) a formação de exércitos com homens dos povos dependentes. «A primeira circunstância é o hábito do parasitismo económico, devido ao qual o Estado dominante utiliza as suas províncias, colónias e países dependentes para enriquecer a sua classe dirigente e para subornar as suas classes inferiores, para que elas se mantenham tranquilas.» Relativamente à segunda circunstância escreve Hobson:

«Um dos sintomas mais estranhos da cegueira do imperialismo» (na boca do social-liberal Hobson estas cantigas da «cegueira» dos imperialistas estão mais apropriadas do que no «marxista» Kautsky) «é a despreocupação com que a Grã-Bretanha, a França e outras nações imperialistas tomam este caminho. A Grã-Bretanha é a que mais longe foi. A maior parte dos combates com que conquistámos o nosso império indiano foram travados pelas nossas tropas constituídas por indígenas; na Índia, como nos últimos tempos no Egipto, grandes exércitos permanentes encontram-se sob o comando de britânicos; quase todas as guerras ligadas à conquista da África por nós, com excepção da sua parte meridional, foram travadas para nós pelos indígenas.»

A perspectiva da partilha da China suscitou esta apreciação económica de Hobson: «A maior parte da Europa Ocidental poderia então assumir o aspecto e o carácter que agora têm partes destes países, o Sul da Inglaterra, a Riviera, os lugares mais visitados pelos turistas e povoados por ricos da Itália e da Suíça, a saber: pequenos punhados de ricos aristocratas, que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco maior de empregados profissionais e de comerciantes e com um número maior de servidores domésticos e de operários na indústria de transportes e na indústria de acabamento de produtos manufacturados. Os ramos principais da indústria desapareceriam e os produtos alimentares e produtos semimanufacturados correntes fluiriam como um tributo da Ásia e da África.» «Eis as possibilidades que abre perante nós uma aliança mais ampla dos Estados ocidentais, uma federação europeia de grandes potências: ela não só não faria avançar a causa da civilização mundial como poderia significar o gigantesco perigo de um parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas cujas classes superiores recebem um enorme tributo da Ásia e da

África, com o qual sustentam grandes massas domadas de empregados e criados, ocupados já não na produção de artigos agrícolas e industriais de grande consumo mas no serviço pessoal ou no trabalho industrial secundário sob o controlo de uma nova aristocracia financeira. Que aqueles que estão prontos a não dar atenção a esta teoria» (deveria dizer-se: perspectiva) «como não merecedora de atenção, pensem nas condições económicas e sociais das regiões actuais do Sul da Inglaterra que já foram conduzidas a esta situação. Que pensem que enorme ampliação desse sistema se tornaria possível se a China fosse submetida ao controlo económico de semelhantes grupos de financeiros, "investidores" (rentiers), dos seus servidores políticos e comerciais-industriais, extraindo lucros do maior reservatório potencial que o mundo já conheceu, com o objectivo de consumir estes lucros na Europa. Evidentemente, a situação é demasiado complexa, o jogo das forças mundiais é demasiado difícil de calcular para tornar muito provável esta ou qualquer outra interpretação do futuro numa só direcção. Mas as influências que governam o imperialismo da Europa Ocidental hoje em dia avançam nesta direcção e, se não encontrarem resistência, se não forem desviadas para outro lado, avançarão precisamente na direcção desta culminação do processo.»

O social-liberal Hobson não vê que só o proletariado revolucionário pode opor essa «resistência» e só sob a forma da revolução social. Por alguma coisa ele é social-liberal! Mas já em 1902 abordou magnificamente a questão tanto do significado dos «Estados Unidos da Europa» (para que saiba o kautskiano Trótski!) como de tudo aquilo que os kautskianos hipócritas tentam dissimular a saber: que os oportunistas (sociais-chauvinistas) trabalham juntamente com a burguesia imperialista precisamente na direcção da criação de uma Europa imperialista aos ombros da Ásia e da África, que os oportunistas representam objectivamente uma parte da pequena burguesia e de algumas camadas da classe operária, parte subornada à custa dos superlucros imperialistas e transformada em cães de guarda do capitalismo, em corruptores do movimento operário.

Apontámos repetidamente, não só em artigos mas também em resoluções do nosso partido, esta ligação económica, a mais profunda, da burguesia imperialista com o oportunismo que agora (por muito tempo?) venceu o movimento operário. Daí deduzimos, entre outras coisas, a inevitabilidade da cisão com o social-chauvinismo.

Os nossos kautskianos preferiram eludir a questão! Mártoy, por exemplo, já nas suas conferências utilizou o sofisma que no *Izvéstia Zagraníchnogo Sekretariata OK*(28) (nº 4 de 10 de Abril de 1916) é expresso do seguinte modo:

«... A causa da social-democracia revolucionária estaria muito mal, mesmo desesperadamente, se os grupos de operários que pelo seu desenvolvimento intelectual se aproximam mais da "intelectualidade" e são mais qualificados se afastassem fatalmente dela para o oportunismo...»

Por meio da tola palavra «fatalmente» e de alguma «batota» elude-se o facto de que certas camadas de operários se afastaram para o oportunismo e para a burguesia imperialista! E os sofistas do CO tudo o que precisavam era de eludir este facto! Eles escapam-se com o «optimismo oficial» que agora ostenta tanto o kautskiano Hilferding como muitos outros: as condições objectivas, dizem eles, garantem a unidade do

proletariado e a vitória da corrente revolucionária! nós, dizem eles, somos «optimistas» em relação ao proletariado!

Mas o que de facto eles são, todos estes kautskianos, Hilferding, os okistas, Mártoov e C<sup>a</sup>, é optimistas... em relação ao oportunismo. Nisto é que está o fundo da questão!

O proletariado é uma criação do capitalismo — mundial, e não só europeu e não só imperialista. À escala mundial, 50 anos mais cedo ou 50 anos mais tarde — do ponto de vista dessa escala a questão é de pormenor -, o «proletariado», naturalmente, «será» uno e nele vencerá «inevitavelmente» a social-democracia revolucionária. Não é nisso que consiste a questão, senhores kautskianos, mas em que vós actualmente, nos países imperialistas da Europa, rastejais perante os oportunistas, que são estranhos ao proletariado, como classe, que são servidores, agentes, portadores da influência da burguesia, e o movimento operário, sem se libertar deles, permanece um movimento operário burguês. A vossa pregação da «unidade» com os oportunistas, com os Legien e os David, os Plekhánov ou os Tchkhenskeli e os Potréssov, etc., é, objectivamente, uma defesa da escravização dos operários pela burguesia imperialista através dos seus melhores agentes no movimento operário. A vitória da social-democracia revolucionária à escala mundial é absolutamente inevitável, mas ela avança e avançará, ocorre e ocorrerá, apenas contra vós, será uma vitória sobre vós.

As duas tendências, mesmo dois partidos, no movimento operário contemporâneo, que tão claramente se cindiram em todo o mundo em 1914-1916, foram seguidas por Engels e Marx em Inglaterra ao longo de uma série de décadas, aproximadamente de 1858 a 1892.

Nem Marx nem Engels viveram até à época imperialista do capitalismo mundial, que não começa antes de 1898-1900. Mas já desde meados do século XIX uma particularidade da Inglaterra era que nela existiam pelo menos dois importantíssimos traços distintivos do imperialismo: (1) colónias imensas e (2) lucros monopolistas (devido à situação monopolista no mercado mundial). Em ambos os aspectos a Inglaterra era então uma excepção entre os países capitalistas, e Engels e Marx, ao analisarem esta excepção, apontaram de modo perfeitamente claro e definido a sua ligação com a vitória (temporária) do oportunismo no movimento operário inglês.

Na carta a Marx de 7 de Outubro de 1858, escreveu Engels: «O proletariado inglês está de facto a aburguesar-se cada vez mais, de modo que esta nação, a mais burguesa de todas as nações, quer aparentemente levar as coisas, no fim de contas, até ao ponto de ter uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês ao lado da burguesia. Evidentemente, da parte desta nação, que explora todo o mundo, em certa medida isto é justificável.» Na carta a Sorge de 21 de Setembro de 1872 Engels informa que Hales armou um grande escândalo no conselho federal da Internacional e conseguiu um voto de censura a Marx pelas palavras deste «os dirigentes-operários ingleses venderam-se». Marx escreve a Sorge em 4 de Agosto de 1874: «No que diz respeito aos operários urbanos aqui (na Inglaterra) , é de lamentar que todo o bando dos chefes não tenha entrado para o Parlamento. Seria o caminho mais seguro para nos vermos livres dessa canalha.» Engels fala na carta a Marx de 11 de Agosto de 1881 dos «piores trade-

unionistas ingleses, que se deixam dirigir por homens comprados pela burguesia ou pelo menos pagos por ela». Na carta a Kautsky de 12 de Setembro de 1882 escreveu Engels: «Pergunta-me que pensam os operários ingleses da política colonial. O mesmo que pensam sobre a política em geral. Aqui não há partido operário, há apenas conservadores e liberais radicais, e os operários aproveitam tranquilamente juntamente com eles o monopólio colonial da Inglaterra e o seu monopólio do mercado mundial.»

Em 7 de Dezembro de 1889 Engels escreve a Sorge: «... O mais repugnante aqui (na Inglaterra) é a "respeitabilidade" (respectability) burguesa que penetrou até aos ossos dos operários... mesmo Tom Mann, que eu considero o melhor de todos, diz de bom grado que vai almoçar com o Lord-Mayor. Quando se compara com isto os franceses vê-se o que quer dizer revolução.» Na carta de 19 de Abril de 1890: «o movimento (da classe operária em Inglaterra) avança sob a superfície, abarca camadas cada vez mais amplas e além disso a maior parte entre a massa inferior (sublinhado de Engels) até aqui imóvel, e já não está longe o dia em que esta massa se encontrará a si própria, em que para ela se tornará claro que é ela precisamente essa massa colossal em movimento». Em 4 de Março de 1891: «o malogro do sindicato dos estivadores em decomposição, as "velhas" trade unions conservadoras, ricas e precisamente por isso cobardes, estão sozinhas no campo de batalha...». Em 14 de Setembro de 1891: no congresso de Newcastle das trade unions foram vencidos os velhos trade-unionistas, adversários da jornada de 8 horas, «e os jornais burgueses reconhecem a derrota do partido operário burguês» (sempre sublinhado de Engels)...

Que estas ideias de Engels, repetidas ao longo de décadas, tenham por ele sido expressas publicamente, na imprensa, é o que prova o seu prefácio à segunda edição de A Situação da Classe Operária na Inglaterra, de 1892. Aqui fala-se de uma «aristocracia na classe operária», de uma «minoria privilegiada de operários» em oposição à «vasta massa dos operários». «Uma pequena, privilegiada e protegida minoria» da classe operária foi a única que retirou «vantagens prolongadas» da situação privilegiada da Inglaterra em 1848-1868, «a vasta massa no melhor dos casos gozou apenas de uma melhoria de curta duração»... «Com a falência do monopólio industrial da Inglaterra a classe operária inglesa perderá a sua situação privilegiada»... Os membros das «novas» unions, os sindicatos de operários não qualificados, «têm apenas uma vantagem imensa: o seu cérebro é ainda terreno virgem, completamente livre dos "respeitáveis" preconceitos burgueses herdados, que transtornam as cabeças dos "velhos unionistas" mais bem colocados»... «Os chamados representantes operários» é como se chama em Inglaterra a pessoas «a quem se perdoa o pertencerem à classe operária porque elas próprias estão prontas a afogar esta sua qualidade no oceano do seu liberalismo...»

Apresentámos deliberadamente citações bastante pormenorizadas de declarações directas de Marx e Engels para que os leitores possam estudá-las no seu conjunto. E é necessário estudá-las, vale a pena meditar atentamente nelas. Porque aqui está o fulcro da tática no movimento operário que é ditada pelas condições objectivas da época imperialista.

Também aqui Kautsky tentou já «turvar a água» e substituir o marxismo por uma adocicada conciliação com os oportunistas. Em polémica com os sociais-imperialistas abertos e ingénuos (como Lensch), que justificam a guerra por parte da Alemanha como uma destruição do monopólio da Inglaterra, Kautsky «corrige» esta falsidade evidente por meio de outra falsidade igualmente evidente. Ele substitui uma falsidade cínica por uma falsidade adocicada! O monopólio industrial da Inglaterra foi quebrado há muito tempo, diz ele, destruído há muito tempo, não há razão e não se pode destruí-lo.

Em que consiste a falsidade deste argumento?

Em que, em primeiro lugar, se eludiu o monopólio colonial da Inglaterra. E Engels, como vimos, já em 1882, há 34 anos, o apontava de modo perfeitamente claro! Se o monopólio industrial da Inglaterra foi destruído, o monopólio colonial não só se manteve como foi extraordinariamente agudizado, porque toda a terra foi já dividida! Por meio da sua adocicada mentira Kautsky tenta introduzir a ideiazinha burguesa pacifista e oportunista pequeno-burguesa de que «não há por que combater». Pelo contrário, actualmente os capitalistas não só têm por que combater como não podem deixar de combater se quiserem conservar o capitalismo, porque sem redistribuição violenta das colónias os novos países imperialistas não podem adquirir os privilégios de que gozam as potências imperialistas mais velhas (e menos fortes).

Em segundo lugar. Por que é que o monopólio da Inglaterra explica a vitória do oportunismo (temporariamente) na Inglaterra? Porque o monopólio proporciona superlucros, isto é, um excesso de lucros acima dos lucros capitalistas normais e habituais em todo o mundo. Destes superlucros os capitalistas podem atirar um pedaço (e até não pequeno!) para subornar os seus operários, criar algo como uma aliança (recorde-se as famosas «alianças» dos trade-unionistas ingleses com os seus patrões descritas pelos Webbs), uma aliança dos operários de um dado país com os seus capitalistas contra os restantes países. O monopólio industrial da Inglaterra estava destruído já em fins do século XIX. Isso é indiscutível. Mas como ocorreu essa destruição? De tal modo que todo o monopólio desapareceu?

Se assim fosse, a «teoria» conciliadora (com o oportunismo) de Kautsky teria uma certa justificação. Mas a questão está em que não é assim. O imperialismo é o capitalismo monopolista. Cada cartel, trust, consórcio, cada banco gigantesco é um monopólio. Os superlucros não desapareceram, antes permaneceram. A exploração por um só país privilegiado, financeiramente rico, de todos os outros manteve-se e reforçou-se. Um punhado de países ricos — no total quatro, se falarmos da «moderna» riqueza independente e realmente gigantesca: a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha —, esse punhado desenvolveu os monopólios em proporções imensas, recebe super lucros de centenas de milhões, se não de milhares de milhões, «anda às costas» de centenas e centenas de pessoas da população de outros países, luta entre si pela partilha de um saque particularmente sumptuoso, particularmente gordo e particularmente fácil.

Nisto consiste precisamente a essência económica e política do imperialismo, cujas contradições mais profundas Kautsky dissimula em vez de revelar.

A burguesia de uma «grande» potência imperialista pode economicamente subornar as camadas superiores dos «seus» operários, dedicando a isso uma centena ou duas de milhões de francos por ano, porque os seus super lucros atingem, provavelmente, cerca de mil milhões. E a questão de como dividir esta pequena esmola entre os operários ministros, os «operários deputados» (lembre-se a magnífica análise deste conceito por Engels), os operários participantes nos comités militares-industriais, os operários funcionários, os operários organizados em sindicatos estreitamente corporativos, os empregados, etc., etc., isso já é uma questão secundária.

Em 1848-1868 e parcialmente mais tarde só a Inglaterra gozava de um monopólio; por isso aí o oportunismo pôde vencer durante décadas; não havia outros países nem com riquíssimas colónias nem com um monopólio industrial.

O último terço do século XIX foi a transição para a nova época imperialista. Goza de monopólio o capital financeiro não de uma só, mas de algumas, muito pouco numerosas, grandes potências. (No Japão e na Rússia o monopólio da força militar, de um território imenso ou de uma particular facilidade para pilhar os povos estrangeiros, a China, etc., em parte complementa, em parte substitui o monopólio do capital financeiro contemporâneo, moderno.) Desta diferença decorre o facto de o monopólio da Inglaterra ter podido ser incontestado durante décadas. O monopólio do capital financeiro moderno é furiosamente contestado; começou a época das guerras imperialistas. Então era possível subornar, perverter durante décadas a classe operária de um só país. Agora isso é improvável, talvez mesmo impossível, mas em contrapartida cada «grande» potência imperialista pode subornar e suborna camadas mais pequenas (do que na Inglaterra em 1848-1868) da «aristocracia operária». Então um «partido operário burguês», segundo a expressão notavelmente profunda de Engels, só se podia formar num país, porque só um tinha o monopólio, mas em contrapartida por muito tempo. Agora o «partido operário burguês» é inevitável e típico de todos os países imperialistas mas, dada a luta encarniçada pela partilha do saque, é improvável que esse partido possa vencer durante muito tempo numa série de países. Porque os trusts, a oligarquia financeira, a carestia da vida, etc., permitindo subornar um punhado das camadas superiores, oprimem, subjagam, arruinam, a massa do proletariado e do semiproletariado.

Por um lado, a tendência da burguesia e dos oportunistas é para transformar um punhado de nações riquíssimas, privilegiadas, em parasitas «eternos» no corpo do resto da humanidade, «dormir sobre os louros» da exploração dos negros, dos indianos, etc., mantendo-os submetidos por meio do militarismo moderno, provido de uma excelente técnica de extermínio. Por outro lado, a tendência das massas, mais fortemente oprimidas do que antes e que suportam todos os tormentos das guerras imperialistas, é para sacudir este jugo, para derrubar a burguesia. E na luta entre estas duas tendências que há-de agora inevitavelmente desenvolver-se a história do movimento operário. Porque a primeira tendência não é acidental, mas economicamente «fundamentada». A burguesia já gerou, alimentou, assegurou para si «partidos operários burgueses» de sociais-chauvinistas em todos os países. As diferenças entre um partido já formado, por exemplo o de Bissolati em Itália, um partido inteiramente social-imperialista, e,



digamos, o quase-partido semiformado dos Potréssov, dos Gvózdev, dos Bulkine, dos Tchkeídze, dos Skóbelev e C<sup>a</sup>, essas diferenças são irrelevantes. O que é importante é que economicamente já amadureceu e se realizou a passagem da camada da aristocracia operária para a burguesia, e este facto económico, esta deslocação nas relações entre as classes, encontrará sem especial «dificuldade» uma ou outra forma política.

Sobre a base económica apontada as instituições políticas do capitalismo moderno — a imprensa, o parlamento, as associações, os congressos, etc. — criaram para os empregados e operários respeitadores, mansos, reformistas e patrióticos os privilégios e esmolas políticos correspondentes aos privilégios e esmolas económicos. Lugarzinhos rendosos e tranquilos num ministério ou num comité industrial de guerra(N29), no parlamento ou em diversas comissões, nas redacções de jornais legais «sérios» ou nas direcções de sindicatos operários não menos sérios e «burguesmente obedientes» — é com isto que a burguesia imperialista atrai e recompensa os representantes e partidários dos «partidos operários burgueses».

O mecanismo da democracia política actua na mesma direcção. No nosso século é impossível não haver eleições; não se pode prescindir das massas, e na época da imprensa e do parlamentarismo não se pode arrastar as massas sem um sistema amplamente ramificado, sistematicamente aplicado e solidamente equipado de lisonja, de mentira, de vigarice, de prestidigitação com palavrinhas à moda e populares, de promessas à esquerda e à direita de quaisquer reformas e de quaisquer benefícios para os operários — desde que eles renunciem à luta revolucionária pelo derrubamento da burguesia. Eu chamaria a este sistema lloyd-georgismo, do nome de um dos representantes mais avançados e hábeis deste sistema no país clássico do «partido operário burguês», o ministro inglês Lloyd George. Negociante burguês de primeira classe e astuto político, orador popular, capaz de fazer quaisquer discursos, mesmo discursos rrevolucionários perante um auditório operário, capaz de conseguir consideráveis migalhas para os operários respeitadores, sob a forma de reformas sociais (seguros, etc.), Lloyd George serve excelentemente a burguesia(4\*) e serve-a precisamente no seio dos operários, estende a sua influência precisamente no proletariado, onde é mais necessário e mais difícil submeter moralmente as massas.

Mas será grande a diferença entre Lloyd George e os Scheidemann, os Legien, os Henderson e os Hyndman, os Plekhánov, os Renaudel e C<sup>a</sup>? Destes últimos, objectar-nos-ão, alguns voltarão ao socialismo revolucionário de Marx. É possível, mas é uma diferença insignificante de grau se tomarmos a questão à escala política, isto é, à escala de massas. Alguns dos chefes sociais-chauvinistas actuais podem voltar ao proletariado. Mas a corrente social-chauvinista ou (o que é o mesmo) oportunista não pode nem desaparecer nem «voltar» ao proletariado revolucionário. Onde o marxismo é popular entre os operários, esta corrente política, este «partido operário burguês», jura e trejura pelo nome de Marx. Não se lhes pode proibir isto, como não se pode proibir a uma firma comercial o uso de qualquer etiqueta, de qualquer rótulo, de qualquer anúncio. Na história sempre aconteceu que os seus inimigos sempre tentaram apropriar-se dos nomes dos chefes revolucionários populares entre as classes oprimidas depois da sua morte para enganarem as classes oprimidas.

O facto é que os «partidos operários burgueses», como fenómeno político, se formaram já em todos os países capitalistas avançados, que sem uma luta decidida e implacável em toda a linha contra estes partidos — ou grupos, correntes, etc., tanto faz — nem sequer se pode falar de luta contra o imperialismo ou de marxismo ou de movimento operário socialista. A fracção de Tchkhéidze(N30), a Nache Delo, o Golos Trudá(N31) na Rússia e os «okistas» no estrangeiro não são mais do que uma variedade de um desses partidos. Não temos o menor fundamento para pensar que estes partidos podem desaparecer antes da revolução social. Pelo contrário, quanto mais próxima estiver esta revolução, quanto mais poderosamente ela se inflamar, quanto mais bruscas e fortes forem as transições e os saltos no seu processo, tanto maior será o papel que desempenhará no movimento operário a luta da corrente revolucionária de massas contra a corrente oportunista pequeno-burguesa. O kautskismo não constitui nenhuma corrente independente, não tendo raízes nem nas massas nem na camada privilegiada que passou para a burguesia. Mas o perigo do kautskismo reside em que ele, utilizando a ideologia do passado, se esforça por conciliar o proletariado com o «partido operário burguês», por defender a sua unidade com ele, por elevar desse modo o seu prestígio. As massas já não vão atrás dos sociais-chauvinistas abertos: Lloyd George foi vaiado em assembleias operárias em Inglaterra, Hyndman saiu do partido, os Renaudel e os Scheidemann, os Potréssov e os Gvózdev são defendidos pela polícia. O que é mais perigoso é a defesa encoberta dos sociais-chauvinistas pelos kautskistas.

Um dos sofismas mais difundidos do kautskismo é a referência às «massas». Nós, dizem eles, não queremos cortar-nos das massas e das organizações de massas! Mas medite-se no modo como Engels colocava esta questão. As «organizações de massas» das trade unions inglesas estavam no século XIX ao lado do partido operário burguês. Marx e Engels nem por isso se conciliaram com ele, antes o desmascararam. Eles não esqueciam, em primeiro lugar, que as organizações das trade unions abarcavam directamente uma minoria do proletariado. Tanto na Inglaterra de então como na Alemanha de hoje não é mais do que 1/5 do proletariado que faz parte de organizações. Não se pode pensar seriamente que no capitalismo é possível incluir na organização a maioria dos proletários. Em segundo lugar — e é isto o principal — a questão não está tanto no número de membros de uma organização como no significado real, objectivo, da sua política: esta política representa as massas, serve as massas, isto é, a libertação das massas do capitalismo, ou representa os interesses de uma minoria, a sua conciliação com o capitalismo? Precisamente isto era verdadeiro para a Inglaterra no século XIX e é verdadeiro hoje para a Alemanha, etc.

Engels distingue do «partido operário burguês» das velhas trade unions, da minoria privilegiada, a «massa inferior», a maioria real, apela para ela, não contaminada pela «respeitabilidade burguesa». Eis em que consiste a essência da tática marxista!

Não podemos — e ninguém pode — calcular qual é precisamente a parte do proletariado que segue e seguirá os sociais-chauvinistas e os oportunistas. Isto só a luta o mostrará, isso só a revolução socialista o resolverá definitivamente. Mas sabemos com certeza que os «defensores da pátria» na guerra imperialista representam apenas uma minoria. E por isso o nosso dever, se queremos permanecer socialistas, é ir mais baixo e

mais fundo, para as verdadeiras massas: nisto consiste toda a importância da luta contra o oportunismo e todo o conteúdo desta luta. Desmascarando que os oportunistas e sociais-chauvinistas traem e vendem de facto os interesses da massa, que eles defendem os privilégios temporários de uma minoria de operários, que eles propagam as ideias e a influência burguesa, que eles são de facto aliados e agentes da burguesia — ensinamos deste modo as massas a identificar os seus reais interesses políticos, a lutar pelo socialismo e pela revolução através de todas as peripécias, longas e dolorosas, das guerras imperialistas e dos armistícios imperialistas.

Explicar às massas a inevitabilidade e a necessidade da cisão com o oportunismo, educá-las para uma luta revolucionária implacável contra ele, ter em conta a experiência da guerra para revelar todas as infâmias da política operária nacional-liberal, e não para as ocultar — tal é a única linha marxista no movimento operário do mundo.

No artigo seguinte tentaremos resumir as principais particularidades distintivas desta linha em oposição ao kautskismo.

(N22) Guerra hispano-americana de 1898: primeira guerra imperialista da história; segundo a definição de Lênine, um dos principais marcos que assinalam o início da época do imperialismo. A guerra começou num momento de insurreições dos povos cubano (a partir de 1895) e filipino (a partir de 1896) contra o jugo colonial espanhol. Intervindo pretensamente em apoio da luta desses povos, os EUA utilizaram-na para os seus fins e apoderaram-se de Porto Rico, da ilha de Guam e das Filipinas e ocuparam Cuba, formalmente declarada independente.

(N23) Guerra anglo-bóer de 1899-1902: guerra de conquista da Grã-Bretanha contra as repúblicas bóeres da África do Sul, o Estado Livre de Orange e o Transval; uma das primeiras guerras da época do imperialismo. Em resultado da guerra ambas as repúblicas foram transformadas em colónias inglesas; a população indígena africana ficou sob um duplo jugo dos bóeres e dos colonizadores ingleses.

(N24) Trata-se da guerra de 1904-1905 entre a Rússia e o Japão. Terminada por um tratado de paz, a guerra agudizou ainda mais todas as contradições na Rússia e apressou o desenvolvimento dos acontecimentos revolucionários de 1905.

(N25) Panamá de todos os tipos (Panamá francês): expressão surgida devido ao desmascaramento em França, em 1892-1893, dos enormes abusos e da corrupção de estadistas e políticos, de funcionários e jornais, subornados pela companhia francesa construtora do canal do Panamá.

(N26) K. Marx, «Prefácio» à segunda edição de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, in K. Marx/F. Engels, Obras Escolhidas em três tomos, Edições «Avante!» — Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. I, p. 415.

(1\*) O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Ele consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter e unir a si

cada vez mais regiões agrárias, sem atender a qual a nação por que elas são povoadas» (Kautsky na NeueZeit de 11-IX-1914). (Nota do Autor)

(N27) Kommunist (O Comunista): revista organizada por Lénine; foi publicada em 1915, em Genebra, pela redacção do jornal Sotsial-Demokrat. Publicou-se um número (duplo).

(2\*) Partidários do OK: iniciais russas do Comité de Organização menchevique, criado em 1912 na conferência de Agosto de todos os grupos e correntes antipartido. Durante a guerra mundial justificou a guerra por parte do tsarismo e advogou as ideias do nacionalismo e do chauvinismo.

(3\*) J. A. Hobson, Imperialism, London, 1902.

(N28) Izvestia Zagraníchnogo Sekretariata Organizaísiónnogo Komiteta RSDRP (Notícias do Secretariado no Estrangeiro do Comité de Organização do POSDR): jornal menchevique que se publicou de Fevereiro de 1915 a Março de 1917 em Genebra. O jornal tinha uma posição centrista.

(N29) Os comités industriais de guerra foram criados na Rússia em Maio de 1915 pela grande burguesia imperialista para ajudar o tsarismo a travar a guerra. Tentando submeter os operários à sua influência e infundir-lhes um estado de espírito defensivo, a burguesia decidiu organizar «grupos operários» nos comités e mostrar desse modo que na Rússia tinha sido estabelecida uma «paz de classes» entre a burguesia e o proletariado. Os bolcheviques declararam o boicote aos comités industriais de guerra e levaram-no a cabo com êxito com o apoio da maioria dos operários.)

(4\*) Recentemente encontrei numa revista inglesa um artigo de um tory, adversário político de Lloyd George: «Lloyd George do ponto de vista de um tory». A guerra abriu os olhos deste adversário, fazendo-o ver que magnífico servidor da burguesia é este Lloyd George! Os tories reconciliaram-se com ele! (Nota do Autor)

(N30) Fracção de Tchkeídze: fracção menchevique na IV Duma de Estado, encabeçada por N. Tchkeídze. Durante a guerra imperialista mundial, a fracção ao mesmo tempo que assumia posições centristas, apoiava de facto em tudo a política dos sociais-chauvinistas russos.

(N31) Nache Delo (A Nossa Causa): revista mensal menchevique, publicada em 1915 em Petrogrado em substituição da revista Nacha Zariá (A Nossa Aurora), que tinha sido encerrada. Publicaram-se 6 números.

Golos Trudá (A Voz do Trabalho): jornal menchevique legal, publicado em 1916 em Samara (hoje Kúibichev). Publicaram-se ao todo 3 números.

## **MAIS UMA VEZ SOBRE O MINISTÉRIO DA DUMA**

Vladimir Lênin

“Devemos escolher” - esse é o argumento que os oportunistas sempre usaram para se justificar e estão usando agora. Grandes coisas não podem ser alcançadas de uma só vez. Devemos lutar por coisas pequenas, mas realizáveis. Como sabemos se são realizáveis? Elas são alcançáveis se a maioria dos partidos políticos, ou dos políticos mais “influentes”, concordarem com elas. Quanto maior o número de políticos que concordam com algumas pequenas melhorias, mais fácil é alcançá-las. Não devemos ser utopistas e nos esforçarmos por grandes coisas. Nós devemos ser políticos práticos; devemos nos juntar à demanda por coisas pequenas, e essas pequenas coisas facilitarão a luta pelas grandes. Nós consideramos as pequenas coisas como o estágio mais seguro na luta por grandes coisas.

É assim que todos os oportunistas, todos os reformistas, argumentam; ao contrário dos revolucionários. É assim que a ala direita dos social-democratas discutem sobre um ministério [Cadete] da Duma. A demanda por uma assembleia constituinte é uma grande demanda. Não pode ser alcançado imediatamente. De modo algum todos estão conscientemente a favor dessa demanda. Mas toda a Duma, isto é, a grande maioria dos políticos – isto é, “o povo todo” - é a favor de um ministério da Duma. Devemos escolher - entre o mal existente e uma retificação muito pequena dele, porque o maior número daqueles que estão em geral insatisfeitos com o mal existente é a favor dessa retificação “muito pequena”. E alcançando a coisa pequena, nós facilitaremos nossa luta pela grande.

Repetimos: este é o argumento fundamental, típico de todos os oportunistas em todo o mundo. Para que conclusão esse argumento conduz inevitavelmente? Para a conclusão de que não precisamos de nenhum programa revolucionário, nenhum partido revolucionário e nenhuma tática revolucionária. O que precisamos são reformas, nada mais. Não precisamos de um partido social-democrata revolucionário. O que precisamos é de um partido de reformas democráticas e socialistas. De fato, não está claro que sempre haverá pessoas que admitem que o estado atual das coisas é insatisfatório? Claro, sempre. Não está claro também que o maior número de pessoas descontentes será sempre a favor da menor modificação dessa situação insatisfatória? Claro sempre. Consequentemente, é nosso dever, dever de pessoas avançadas e “com consciência de classe”, apoiar sempre as menores exigências para a retificação de um mal. Esta é a política mais segura e prática a ser adotada; e todas falas sobre demandas “fundamentais”, e assim por diante, é meramente a fala de “utopistas”, meramente “fraseologia revolucionária”. Devemos escolher - e devemos sempre escolher entre o mal existente e o mais moderado dos esquemas em voga para sua retificação.

Foi exatamente assim que os social-democratas alemães oportunistas argumentaram. Eles disseram, com efeito! Há uma tendência social-liberal que exige a revogação das leis antissocialistas, uma redução da jornada diária de trabalho, seguro contra doenças, e

assim por diante. Uma parte bastante grande da burguesia apoia essas demandas. Não repeli-los por uma tolice de conduta, oferecer-lhe uma mão amiga, apoiá-los, e então seremos políticos práticos, conseguiremos benefícios pequenos, mas reais para a classe trabalhadora, e só quem sofrerá com essas táticas serão as palavras vazias sobre “revolução”. Não podemos fazer uma revolução agora, em todo caso. É preciso escolher entre reação e reforma, entre a política de Bismarck e a política do “império social”.

Os socialistas ministeriais franceses argumentaram exatamente como os bernsteinianos. Eles disseram, com efeito: devemos escolher entre a reação e os radicais burgueses, que prometem uma série de reformas práticas. Devemos apoiar esses radicais, apoiar seus ministérios; frases sobre a revolução social são apenas a tagarelice de “blanquistas”, “anarquistas”, “utopistas” e assim por diante.

Qual é a principal falha em todos esses argumentos oportunistas? É que, na verdade, eles substituem a teoria burguesa do progresso "social" "unificado" pela teoria socialista da luta de classes como a única força motriz real da história. De acordo com a teoria do socialismo, ou seja, do marxismo (o socialismo não marxista não merece discussão séria nos dias de hoje), a verdadeira força motriz da história é a luta de classes revolucionária; as reformas são um produto subsidiário dessa luta, subsidiário porque expressam tentativas fracassadas de enfraquecer, contornar essa luta, etc. De acordo com a teoria dos filósofos burgueses, a força motriz do progresso é a unidade de todos os elementos da sociedade que levam em conta as "imperfeições" de algumas das suas instituições. A primeira teoria é materialista; a segunda é idealista. A primeira é revolucionária; a segunda é reformista. A primeira serve de base para as táticas do proletariado nos países capitalistas modernos. A segunda serve como base das táticas burguesas.

Uma dedução lógica da segunda teoria é a tática dos progressistas burgueses comuns: sempre e em toda parte apoiam “o que é melhor”; escolha entre a reação e a extrema direita das forças que se opõem à reação. Uma dedução lógica da primeira teoria é que a classe avançada deve buscar táticas revolucionárias independentes. Jamais reduziremos nossas tarefas ao apoio às palavras de ordem da burguesia reformista mais em voga. Perseguimos uma política independente e apresentamos apenas as reformas que são, sem dúvida, favoráveis aos interesses da luta revolucionária, que sem dúvida aumentam a independência, a consciência de classe e a eficiência de luta do proletariado. Somente com tais táticas as reformas de cima, que são sempre indiferentes, sempre hipócritas e sempre escondem algum laço burguês ou policial, tornam-se inócuas.

Mais que isso. Somente por tais táticas pode-se obter progresso real em matéria de reformas importantes. Isto pode parecer paradoxal, mas a sua verdade é confirmada por toda a história do movimento social-democrata internacional. As táticas reformistas são as menos propensas a garantir reformas reais. A maneira mais eficaz de assegurar reformas reais é perseguir as táticas da luta de classes revolucionária. Na verdade, as reformas são conquistadas como resultado da luta de classes revolucionária, como resultado de sua independência, força de massa e firmeza. As reformas são sempre falsas, ambíguas e permeadas pelo espírito policialesco; são reais apenas em proporção

à intensidade da luta de classes. Ao fundirmos nossos slogans com os da burguesia reformista, enfraquecemos a causa da revolução e, conseqüentemente, a causa da reforma, porque diminuimos a independência, a força e a força das classes revolucionárias.

Alguns leitores podem perguntar: Por que repetir estes princípios elementares da social-democracia revolucionária internacional? Nossa resposta é: porque Golos Truda e muitos camaradas mencheviques tendem a esquecê-los.

Um ministério da Duma, ou [um ministério] Cadete, é justamente uma reforma tão falsa, quanto dissemos acima, ambígua e zubatovista. Esquecer o real significado de tal reforma, como uma tentativa por parte dos Cadetes de barganhar um compromisso com a autocracia, significa substituir a filosofia de progresso liberal-burguesa pelo marxismo. Ao apoiar tal reforma, ao incluí-la entre nossas palavras de ordem, obscurecemos a consciência revolucionária do proletariado e enfraquecemos sua independência e capacidade de luta. Mantendo nossas velhas palavras de ordem revolucionárias em sua totalidade, fortalecemos a luta real e, assim, aumentamos a probabilidade de reformas e a possibilidade de transformá-las em vantagem para a revolução, e não para a reação. Tudo o que é falso e hipócrita nessas reformas, deixamos para os Cadetes; tudo o que é de valor positivo nelas nós utilizamos. Somente com essas táticas poderemos aproveitar as tentativas dos Trepovs e Nabokovs de se atropelar, de modo a lançar ambos os acrobatas dignos no fosso. Somente se buscarmos tais táticas a história dirá sobre nós o que Bismarck disse sobre os social-democratas alemães: “Se não houvesse social-democratas, não haveria reforma social.” Se não houvesse um proletariado revolucionário, não haveria 17 de outubro. Se não houvesse dezembro, as tentativas de impedir a convocação da Duma não teriam sido derrotadas. Teremos outro dezembro, que determinará o progresso futuro da revolução.

Pós-escrito: Este artigo já havia sido escrito quando lemos o artigo principal de Golos Truda, nº 6. Nossos camaradas estão corrigindo seus caminhos. Eles agora propõem que antes de aceitar seus assentos, o ministério da Duma deveria exigir e assegurar a abolição da lei marcial em todas as partes do país, a abolição da polícia secreta, uma anistia geral e a restauração de todas as liberdades. Muito bom, camaradas. Peça ao Comitê Central para inserir esses termos em sua resolução sobre o ministério da Duma. Na verdade, façam isso vocês mesmos, e então ali se lerá: antes de apoiar um ministério da Duma, ou Cadete, devemos exigir e assegurar que a Duma, ou os Cadetes, tomem o caminho da revolução. Antes de apoiar os Cadetes, devemos exigir e assegurar que os Cadetes deixem de ser Cadetes.

# MARX, ENGELS E LENIN E A FRENTE POPULAR

August Thalheimer

## I

A Internacional Comunista (IC) declara-se partidária dos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin.

Porém, Marx, Engels e Lênin não nos transmitiram somente os princípios básicos do comunismo; eles conceberam seus ensinamentos não como um dogma, mas como um instrumento para a ação. As obras e a atividade política de Marx, Engels e Lênin são, simultaneamente, um exemplo da aplicação prática dos princípios básicos do comunismo e um exemplo da tática do Partido Comunista. Essa parte dos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin tem sido total mente desprezada pela IC em sua política para fora da URSS. Não se pode de nenhuma maneira sustentar que a tática da IC nos países capitalistas possua a chancela do espírito de Marx, Engels e Lênin. Entretanto, a aplicação dos ensinamentos táticos de Marx, Engels e Lênin é bem mais difícil do que fazer propaganda dos princípios gerais e básicos do comunismo, por eles formulados. Marx, Engels e Lênin destacaram as tarefas do proletariado revolucionário em situações históricas determinadas e de forma a se levar em consideração justamente as condições concretas e as particularidades da luta de classes de seu tempo. Não é tarefa fácil a aplicação hoje em dia dos ensinamentos táticos de Marx, Engels e Lênin, isto é, utilizar a posição por eles adotada numa situação histórica determinada para avaliar o comportamento dos comunistas numa situação diferente, num outro país e período. Isto não é fácil, sobretudo nos dias de hoje, onde o processo de decadência e de deterioração do capitalismo eleva as contradições da sociedade burguesa para o mais alto patamar, produzindo constantemente novas crises políticas internas e externas, o que coloca os comunistas sempre diante de novas questões. Hoje é grande a sedução de se defender o ponto de vista de que não valha muito a pena o estudo e a análise da tática de Marx, Engels e Lênin, pois a situação de hoje seria completamente diferente; que seria melhor deixar de lado aquilo que os grandes mestres do comunismo afirmaram no seu tempo sobre os problemas da luta de classes da época e seguir a inspiração do “bom-senso”. Este menospreza os ensinamentos da história e chega sempre a um beco sem saída, pois só pode se posicionar corretamente em relação ao futuro aquele que leve em consideração as experiências do passado

A Internacional Comunista, por exemplo, atribuiu à Oposição Comunista um comportamento especialmente oportunista pelo fato de exigir que se levasse em consideração a análise marxista do bonapartismo francês do “18 Brumário”, na posição sobre o fascismo. A Oposição Comunista formulou, graças ao estudo da interpretação marxista sobre o bonapartismo, uma tática comunista correta para a luta contra o fascismo. A direção da Internacional Comunista, porém, seguindo seu “bom-senso”, chegou, com base na aparência externa superficial, primeiramente, à teoria do “socialfascismo” e, depois, quando esta teoria, com a sua tática ultraesquerdista, sofreu



uma fragorosa derrota, afirma hoje que a classe trabalhadora encontra-se diante da alternativa: democracia burguesa ou fascismo e apresenta a tática da “frente popular”.

Se a direção da Internacional Comunista tivesse levado em consideração os ensinamentos que provêm das posições de Marx, Engels e Lênin em relação às lutas de classes de seu tempo, teria sido poupada tanto da teoria ultraesquerdista do “socialfascismo”, quanto da atual política ultradireitista da “frente popular”. Marx, Engels e Lênin sempre analisaram, ao formular as tarefas do proletariado em luta, numa situação determinada, o posicionamento das distintas classes; eles avaliaram o comportamento das classes não proletárias da sociedade levando em conta não as boas ou más intenções de seus representantes políticos, basearam-se não na aparência superficial, mas, sim, na situação dessas classes. Atentavam especialmente para que as fronteiras entre as classes fossem acentuadas, para que as diferenças entre os interesses e o comportamento de cada classe fossem identificadas, não somente no geral, mas também em relação ao fato histórico concreto, e que sempre o ponto de vista próprio, especial, de classe, do proletariado fosse considerado de forma clara. Para a teoria do “socialfascismo” não existia nenhuma diferença entre a democracia burguesa e o fascismo, todos os partidos, exceto o Partido Comunista, eram descritos como fascistas. Todos os conflitos e divergências entre eles eram expressão de uma comédia previamente acordada. A teoria do “socialfascismo” colocou em evidência o ponto de vista de classe do proletariado, porém somente sob a forma do reconhecimento geral em relação às metas finais das lutas de classes do proletariado; a tática ultraesquerdista não se encontrava em condições de levar a cabo uma intervenção independente e eficaz do proletariado nos acontecimentos concretos do dia-a-dia. O Partido Comunista tateava no escuro, pois a teoria do “socialfascismo” lhe fechava os olhos para aquilo que se passava diante de si.

A tática da frente popular baseia-se no mesmo método da teoria do “social-fascismo”, sendo que se encontra ainda mais distanciada das exigências de uma tática marxista-leninista. A política de frente popular leva a que, na política diária do Partido Comunista, o ponto de vista de classe especial do proletariado desapareça dentro de um mar de frases democráticas vulgares. O fascismo aparece dentro da política de frente popular não como uma forma de domínio da burguesia como classe, mas como “ditadura dos elementos mais imperialistas, mais chauvinistas do capital financeiro” (resolução do VII Congresso da Internacional), como obra das “duzentas famílias” dos grandes capitalistas mais ricos (como na França), contra quem é possível colocar, numa frente de luta unificada, o “povo”, isto é: operários, pequenos burgueses e também a massa dos burgueses que não pertencem aos elementos mais imperialistas e mais chauvinistas do capital, burgueses radicais na França, burgueses liberais, clérigos e capitalistas católicos, assim como oficiais do exército do Reich e monarquistas na Alemanha.

A democracia parlamentar burguesa não é vista sob a luz das contradições de classe do capitalismo em degeneração, que a deterioram e de cujo solo surge o fascismo, mas sim sob o ponto de vista de sua juventude, sob o ponto de vista das tradições de 1789 e 1848. A afirmação de que o proletariado atualmente possua somente a escolha entre a

ditadura fascista e a democracia burguesa, leva praticamente ao fato de que o Partido Comunista, onde ainda existe a democracia burguesa, como na França, se limite agora à luta por sua preservação e que, onde o fascismo já venceu, como na Alemanha e na Itália, venha a lutar pela restauração da democracia burguesa. Esta fórmula é especialmente prejudicial, porque sua consequência lógica nada mais significa que o adiamento da luta pela ditadura do proletariado para um futuro indeterminado e longínquo. O capitalismo decadente provocará sempre o perigo do fascismo; uma eliminação do perigo fascista no âmbito do capitalismo, uma consolidação da democracia burguesa só poderia acontecer de forma duradoura se ocorresse um novo apogeu da economia capitalista. Se o proletariado tivesse que esperar até que o perigo fascista desaparecesse para lutar pela ditadura do proletariado, então poderia esperar eternamente. O bom é que a direção da Internacional Comunista, por causa da existência da União Soviética, está sempre tendo que encarar a atualidade da ditadura do proletariado.

## II

A seguir, desejamos investigar, com base em alguns exemplos, de que forma Marx, Engels e Lênin se posicionaram com referência aos problemas que foram levantados atualmente pela política de frente popular.

Numa carta de Marx a Kugelmann, de 17 de abril de 1871, lemos: Como você pode comparar demonstrações pequeno-burguesas, à la 13 de junho de 1849, com as lutas atuais em Paris, para mim é inteiramente incompreensível.

Esse 13 de junho, julgado tão depreciativamente por Marx, baseava-se, se assim se pode dizer, num tipo de política de frente popular. Constituíam-se numa tentativa de insurreição do assim chamado Partido Socialdemocrata, que, de certa forma, foi o precursor dos atuais socialistas radicais franceses, contra Luís Bonaparte, que era então presidente, e o partido da ordem, uma coligação de grupos monárquicos, que possuía a maioria no parlamento. Sobre o então partido socialdemocrata francês, escreve Marx (no “18 Brumário de Luís Bonaparte”):

“(…) Contra a burguesia coligada, foi formada uma coalizão entre operários e pequeno-burgueses, o assim chamado partido socialdemocrático (...) Em fevereiro de 1849, a reconciliação foi festejada com banquetes. Foi lançado um programa conjunto, foram criados comitês eleitorais comuns e foram indicados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena-burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. (...)”

Diferentemente da atual socialdemocracia, que vem a ser um partido com política pequeno-burguesa e composição proletária, dominava na socialdemocracia francesa de 1848/49 o elemento pequeno-burguês.

Mais além, é dito no “18 Brumário” sobre as convicções políticas dos então socialdemocratas ou montagnards, como se autodenominavam:

“Aos olhos dos democratas, o período da Assembléia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembléia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra:”reação” – noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno. E, certamente, à primeira vista, o partido da ordem revela um emaranhado de diferentes facções monarquistas, que não só intrigam uma contra a outra, cada qual tentando elevar ao trono o seu próprio pretendente e excluir o da facção contrária, como se unem todas no ódio comum e nas investidas comuns contra a “república”. Em contraste com essa conspiração monarquista, a Montanha, por seu lado, aparece como representante da “república”. O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma “reação”, dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu na Prússia, e que, como na Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em a parar esses golpes, defendendo assim os “eternos direitos do homem”, como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época.”

Lemos ainda em Marx:

“Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o povo indivisível em diferentes campos hostis, ou o Exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida.” (“18 Brumário”).

A tentativa de levante da Montanha desmoronou-se lastimavelmente. Sobre o comportamento do proletariado revolucionário parisiense da época, afirma Marx no “Lutas de Classes na França”:

“Depois do voto da Assembléia Nacional de 11 de Junho realizou-se uma reunião entre alguns membros da Montagne e delegados das sociedades secretas de operários. Estes últimos insistiram em atacar nessa mesma noite. A Montagne recusou decididamente este plano. De modo nenhum queria que a chefia lhe escapasse das mãos; de fato, desconfiava tanto dos aliados como dos seus adversários, e com razão. A recordação do

Junho de 1848 agitava mais viva do que nunca as fileiras do proletariado parisiense. No entanto, ele estava amarrado à aliança com a Montagne. Esta representava a maioria dos departamentos, exagerava a sua influência no Exército, dispunha do setor democrático da Guarda Nacional e tinha atrás de si a força moral da boutique. Iniciar nesse momento contra a vontade dela o movimento insurrecional significava para o proletariado — além disso dizimado pela cólera e expulso em quantidade significativa de Paris pelo desemprego — repetir inutilmente as jornadas de Junho de 1848, sem a situação que o arrastara à luta desesperada. Os delegados proletários fizeram a única coisa racional. Obrigaram a Montagne a comprometer-se, isto é, a sair dos limites da luta parlamentar no caso da sua acusação ser rejeitada. Durante todo o dia 13 de Junho o proletariado manteve esta mesma cética atitude de observação e aguardou uma refrega a sério e definitiva entre a Guarda Nacional democrática e o Exército para então se lançar na luta e levar a revolução para lá do objetivo pequeno-burguês que lhe tinha sido imposto. No caso de vitória, estava já formada a Comuna proletária que iria aparecer ao lado do governo oficial. Os operários de Paris tinham aprendido na sangrenta escola de Junho de 1848.”

Existe hoje em dia uma diferença enorme entre a tática da frente popular e a política de 13 de junho de 1849. A Montanha de 1849 era um partido pequeno-burguês, que, no entanto, tentava empreender um levante armado contra a grande burguesia (o partido da ordem), que demolia os direitos democráticos das massas, e contra Bonaparte, que comandava a ditadura. O Partido Radical-Socialista de agora, com o qual o PCF se uniu na frente popular, vem a ser um partido constituído por pequeno-burgueses, mas com uma direção da grande burguesia, pronunciadamente capitalista, não sendo um partido de oposição como a Montanha, mas um partido de governo, que sustentou e sustenta a ofensiva capitalista e a demolição dos direitos democráticos das massas. Marx faria hoje em dia críticas ainda maiores à política da frente popular que à política de 13 de junho de 1849.

Mas, mesmo assim, o que Marx escreveu sobre a Montanha é uma sentença aniquiladora para a política de frente popular que a IC está empreendendo, sobretudo na França.

O que Marx critica na política da Montanha?

Ele a censurava por admitir a existência de uma classe privilegiada (“dos elementos mais imperialistas e chauvinistas” do capital, das 200 famílias), mas não atentar para os interesses e posições das diversas classes, contentando-se em fornecer frases gerais sobre os interesses “comuns” do povo; que, em consequência, não havia visto que atrás da “reação”, dos esforços antidemocráticos da grande burguesia, dos planos ditatoriais de Bonaparte existiam determinados interesses materiais dos capitalistas; que por isso não se encontrava em condições de defender os interesses sociais das massas trabalhadoras que a seguiam, dos operários e pequeno-burgueses; que tinha quebrado os aspectos revolucionários das reivindicações sociais do proletariado e com isso se limitou a defender os chamados “direitos humanos eternos”.

Em contraposição, Marx louva o comportamento dos operários revolucionários parisienses, dos delegados das sociedades operárias secretas, pelo fato deles terem se recusado a se subordinar à direção da Montanha, de se prepararem, para o caso de haver luta, no sentido de ultrapassar imediatamente os objetivos pequeno-burgueses, de não desejarem conduzir a luta sob a bandeira da democracia-burguesa, mas sob a palavra de ordem do comando do proletariado, de não se envolverem na formação, com a Montanha, de um governo de frente popular, mas sim se prepararem para a criação de uma comuna proletária, o que chamaríamos hoje de soviete, que disputaria o poder com o governo da Montanha.

### III

A posição de Marx sobre as lutas de classes de então na França é especialmente importante para nós, porque na França, na Revolução de Fevereiro e na Batalha de Junho de 1848, a revolução burguesa foi, grosso modo, concluída e colocada na ordem do dia a revolução proletária. Ao contrário, na Alemanha, até o ano de 1870, isto é, até a unificação da Alemanha e a supressão dos restos mais importantes do feudalismo pela “revolução por cima” junker-capitalista, tratava-se, em primeiro lugar, de uma revolução burguesa. Enquanto a burguesia combatia o feudalismo, ela desempenhava um papel progressista e, por isso, Marx e Engels defendiam, sob certas circunstâncias, andar junto também com a burguesia liberal, na medida em que ainda se tratava de uma revolução burguesa na Alemanha. Mas também essa posição de Marx e Engels é tudo menos um argumento para a política de frente popular da IC. Por um lado, trata-se hoje em dia nos países capitalistas, mesmo se há ameaça de um golpe de estado fascista ou se o fascismo teve sucesso em chegar ao poder, não de uma revolução burguesa e sim de uma revolução proletária. É um sofisma acreditar que, se a burguesia desempenhou um papel progressista contra o absolutismo feudal ou semifeudal, venha também a fazer isso em relação ao absolutismo fascista. A barbaridade medieval do fascismo não constitui nenhuma recomposição de classes feudais, nenhuma negação do capitalismo, mas expressa apenas que a classe capitalista tornou-se cada vez mais pobre e reacionária e que o progresso da sociedade humana de hoje somente pode ocorrer por meio da revolução proletária. Assim, na luta contra o fascismo, está fora de questão tratar como camaradas coligados organizações ou grupos de burgueses. Em segundo lugar, Marx e Engels, também no período da revolução burguesa, quando a burguesia ainda desempenhava um papel progressista, comportaram-se diante dela de uma maneira totalmente distinta da dos líderes atuais da IC em relação aos grupos da burguesia com quem mantiveram ou pretendem manter acordos na frente popular.

Marx e Engels exigiram, antes de 1848, perante os chamados “socialistas reais”, a intervenção do proletariado na revolução burguesa e, para esse fim, também um apoio à burguesia liberal contra o absolutismo. Porém, Marx e Engels combateram igualmente todas as ilusões democrático-burguesas da forma mais acirrada. Marx escreveu contra o republicano burguês Heinzen no jornal “Deutschen Brüsseler Zeitung”:

“Os trabalhadores sabem que o desaparecimento das relações de propriedade burguesas não será trazido pela manutenção das feudais. Eles sabem que, através do movimento revolucionário da burguesia contra as posições feudais e a monarquia absoluta, o seu próprio movimento revolucionário só poderá ser acelerado. Eles sabem que sua própria luta contra a burguesia somente poderá ser iniciada no dia em que a burguesia tiver vencido. Apesar disso tudo, eles não partilham das ilusões burguesas do senhor Heinzen. Eles podem e precisam aceitar que a revolução burguesa é uma condição da revolução dos trabalhadores. Não podem, porém, em nenhum momento contemplá-la como seu objetivo final.”

No “Manifesto Comunista” afirma-se que “a revolução burguesa alemã” (...) “pode ser unicamente o prelúdio imediato de uma revolução proletária”.

Nos seus “Princípios Básicos do Comunismo”, Engels expressa mais em detalhes esse pensamento:

“Na Alemanha, finalmente, apresenta-se a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absolutista. Porém, já que os comunistas não podem contar com a luta decisiva entre eles próprios e a burguesia, antes que a burguesia venha a dominar, então há o interesse dos comunistas em levar o mais cedo possível a burguesia ao poder, a fim de também derrubá-la o mais cedo possível. Os comunistas têm, portanto, de continuamente tomar partido pelos burgueses liberais face aos governos e apenas se precaver de partilhar as auto-ilusões burguesas ou de dar crédito às suas afirmações sedutoras sobre as consequências benéficas da vitória da burguesia para o proletariado.”

Baseado nesse princípio, o “Manifesto Comunista” determina, como tarefa do Partido Comunista na Alemanha “desenvolver nos operários uma consciência o mais possível clara do antagonismo acerbo entre burguesia e proletariado, para que os operários alemães possam virar imediatamente as condições sociais e políticas, que a burguesia necessariamente traz com o seu domínio como outras tantas armas contra a burguesia, para que depois da queda das classes reacionárias na Alemanha a luta contra a própria burguesia comece imediatamente.”

As citações mencionadas mostram, que Marx e Engels, nas vésperas da Revolução de 1848, apresentaram ao proletariado alemão a tarefa de intervir na revolução burguesa, de lutar por sua decisiva realização, a fim de chegar adiante à revolução proletária. Enquanto hoje o Partido Comunista Alemão, em nome da política de frente popular, promete apoiar um governo de frente popular, que deve reconstruir a democracia burguesa na Alemanha após a queda do fascismo, Marx e Engels indicaram, antes da revolução de 1848, como tarefa do proletariado, para o caso de a burguesia vir a tomar o poder após a queda do absolutismo, iniciar a luta contra ela, a fim de levar a revolução até a vitória da classe trabalhadora, para transformar a revolução burguesa no prelúdio imediato da revolução proletária.

Marx e Engels eram, na época da revolução burguesa, pelo apoio à então burguesia progressista, enquanto, e tão somente enquanto, esta realmente se apresentasse contra as forças feudais, a fim de com isso fomentar a luta da classe trabalhadora em favor de

suas próprias reivindicações de classe, enquanto que a política atual de frente popular ocorre na época da revolução proletária, no interesse de um acordo com a burguesia reacionária da atualidade (que também é reacionária, mesmo quando se acha liberal), deixando para trás as reivindicações próprias do proletariado e a luta por elas.

Durante a revolução de 1848/49, Marx e Engels denunciaram publicamente e combateram a traição da burguesia liberal à revolução burguesa e igualmente as vacilações da democracia pequeno-burguesa.

Na luta contra a burguesia liberal, que se uniu imediatamente após as jornadas de março de 1848 à reação feudal, a fim de evitar desta forma a continuidade da revolução, bem como impedir outras ações revolucionárias das massas trabalhadoras, dos operários, dos pequenos burgueses urbanos e dos camponeses, seguiam Marx e Engels uma política para levar até o fim a revolução burguesa e, através da luta dessas massas contra a burguesia traiçoeira, preparar a mudança (ou, como Lênin chamava, “a transposição”) dessa revolução numa proletária. Ainda na emigração, em Paris, Marx e Engels elaboraram um programa de “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha”, no qual, entre outros, eram exigidos o armamento geral do povo, a transformação das propriedades fundiárias dos príncipes e de outras propriedades feudais em propriedades do estado e a estatização de todos os meios de transporte. A luta por essas reivindicações era descrita como objetivo “do proletariado alemão, dos pequeno-burgueses e dos camponeses”, isto é, das classes trabalhadoras. Esta orientação para a ação das massas trabalhadoras foi sustentada de forma consequente por Marx e Engels no decorrer da revolução. Em 29 de dezembro de 1848 escrevia Marx no jornal “Neue Rheinische Zeitung”:

“A história da burguesia prussiana de março até dezembro comprova que na Alemanha é impossível uma revolução burguesa pura e a formação de um poder burguês sob a forma de monarquia constitucional, que somente é possível uma contra-revolução feudal-absolutista ou uma revolução social-republicana.”

Essa posição de Marx já continha em seu germe a tática apresentada por Lênin na Rússia no ano de 1905 da luta pela instauração de uma ditadura democrática das classes trabalhadoras, dos operários e dos camponeses, que leva a efeito a revolução burguesa de maneira consequente contra a traição da burguesia liberal e cria, assim, os pré-requisitos para a caminhada do proletariado para a revolução socialista.

Em consequência das fraquezas organizativas da Liga dos Comunistas, os seus membros trabalharam de início, durante a revolução de 1848, dentro das organizações da democracia pequeno-burguesa. A ruptura organizativa com ela ocorreu somente em 1849. Mas isso não impediu Marx e Engels de criar, desde o início, uma linha independente em relação aos políticos da pequena-burguesia e de criticá-los de forma acirrada.

Com base nas experiências da revolução de 1848/49, Marx e Engels tomaram posição, numa mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas do ano de 1850, em relação às tarefas dos comunistas na Alemanha. Também aqui são tratadas as tarefas da luta do

proletariado na revolução burguesa sob a ótica de uma recusa contundente de todas as ilusões democrático-burguesas e da criação de pré-requisitos para a revolução proletária e para a tomada do poder pela classe trabalhadora. A mensagem registra a traição da burguesia liberal na Revolução de 1848 e declara, então, que “esse papel tão traiçoeiro (...) será assumido na revolução vindoura pelos pequeno-burgueses democráticos”. O partido democrata é para os trabalhadores “muito mais perigoso do que o antigo partido liberal”. O comportamento do partido revolucionário dos trabalhadores em relação à democracia pequeno-burguesa deveria ser o seguinte: “Ele anda junto com ela contra a fração cuja queda objetiva; vai contra ela em todos os casos em que deseja se firmar por conta própria”. Sobre o programa da democracia pequeno-burguesa (constituição republicana e reformas sociais) é dito:

“Essas exigências de forma alguma bastam para o partido do proletariado. Enquanto o pequeno-burguês democrata deseja concluir a revolução o mais rapidamente possível, no máximo com a consecução das reivindicações acima, é nosso interesse e nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possuidoras sejam desalojadas do poder e o poder do estado tenha sido conquistado (...) pelo proletariado.”

A mensagem recusa, além disso, a criação exigida pelos pequeno-burgueses democratas de um “grande partido de oposição, que venha a abranger todas as nuances dentro do partido democrata (...) e no qual as reivindicações específicas do proletariado não podem ser levadas, em benefício da paz” e exige a “organização independente, secreta e pública, do partido dos trabalhadores”. “Para o caso da luta contra um opositor comum”, continuam Marx e Engels, “não há necessidade de nenhuma união especial. Tão logo um opositor desse tipo tenha que ser combatido diretamente, os interesses de ambos os partidos passam a coincidir nesse momento, como tem sido até agora e também será no futuro, essa união momentânea produz-se por si só”. Para o caso da revolução, exigem Marx e Engels:

“Eles (os trabalhadores) devem constituir, ao lado dos novos governos oficiais, simultaneamente, seus próprios governos revolucionários dos trabalhadores, seja sob a forma de representações comunitárias, conselhos comunitários, seja através de clubes de trabalhadores ou comitês de trabalhadores, de forma que os governos democratas burgueses não só percam logo o apoio dos trabalhadores, mas se vejam desde o início vigiados e ameaçados pelas autoridades, atrás das quais está toda a massa de trabalhadores (...). Liquidação da influência dos democratas burgueses sobre os trabalhadores; imediata organização independente e armada dos trabalhadores; obtenção das condições possivelmente mais difíceis e compromissórias para a inevitável dominação temporária da democracia burguesa, tais são os pontos principais que o proletariado e, portanto, a Liga, devem ter presentes durante e após a insurreição iminente.”

Vemos como estavam distanciados Marx e Engels das concepções em que se baseiam hoje a política de frente popular. No ano de 1850, quando na Alemanha, após a derrota da revolução, dominava a pior reação, exigiam que os comunistas criticassem o



programa da democracia pequeno-burguesa e as ilusões democrático-burguesas. Eles eram contrários a que, em nome da constituição de uma oposição a mais ampla possível contra o poder dominante e o seu terror, se colocassem para trás as reivindicações de classe do proletariado. Eles não chegaram à ideia de se comprometer com a república parlamentar-burguesa, reivindicada pela democracia pequeno-burguesa, e sim exigiram, para o caso da revolução, a formação de governos locais de trabalhadores, isto é, de sovietes, como poderíamos dizer hoje, para então conduzir a revolução burguesa da forma mais resoluta para o seu final e realizar a transição para a revolução proletária.

Esses poucos exemplos bastam para mostrar que a política de frente popular é uma grande negação dos ensinamentos táticos de Marx e Engels.

Num próximo artigo mostraremos que também Lênin sempre foi um opositor decidido das concepções agora defendidas pela IC sob o signo da frente popular.

## **CAMINHO E CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA – IV PROLETARIADO BRASILEIRO E REVOLUÇÃO MUNDIAL. A HERANÇA DO PASSADO**

Erico Sachs (Ernesto Martins)

A herança do passado

Para compreender e julgar a situação criada no Brasil temos de levar em conta o fato de que a sua esquerda e seu movimento operário não venceram ainda a crise, na qual está se debatendo desde o pós-guerra; pelo menos, foi o que se tornou patente com a derrota sofrida em 1964.

Devemos compreender, também, que essa crise não é somente "nossa". Situações semelhantes a do Brasil se encontram em todo o Continente, nos mais diversos níveis; e não só no Continente, pois a crise afeta igualmente, embora de modo diferente, o proletariado dos países altamente industrializados e lá tem causas ainda mais antigas do que entre nós, que surgimos mais tarde no cenário das lutas de classes proletárias.

Trata-se da crise geral do movimento comunista, que foi fundado e fundamentado teoricamente por Lênin e seus companheiros nos tempos da Terceira Internacional, que não chegou a preencher o papel para a qual estava destinada. Para avaliar o alcance desse fato, temos de ter clareza sobre o que o leninismo significou e continua significando no desenvolvimento do marxismo e do movimento operário militante.

Já mencionamos que toda a atividade política de Marx e Engels consistia em fazer penetrar a sua teoria do socialismo científico no movimento operário da época. O grande instrumento do qual podiam se utilizar foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Esta tinha um papel limitado e de fato não sobreviveu ao choque entre os continuadores das velhas seitas utópicas e os marxistas, mas um dos seus resultados mais importantes (embora demorasse a surgir) foi a fundação de partidos políticos da classe operária na maioria dos países industrializados de então. Já assinalamos também que esses partidos representaram o resultado material da fusão do marxismo com o movimento operário da época, causa e efeito da formação de uma classe operária para si e que cresceram e se fortaleceram de tal maneira que em fins do século passado poderiam pensar em se reunir novamente em uma Internacional. Formaram a Segunda Internacional, que foi a primeira criada à base da doutrina de Marx e Engels.

Esta Segunda Internacional, revolucionária durante a primeira parte da sua existência (como divisor de águas pode-se, grosso modo, tomar o ano de 1905), representava o marxismo, teórico e prático, tal como tinha sido deixado por Marx e Engels. Não demorou, todavia para que a Segunda Internacional degenerasse completamente como instrumento de lutas revolucionárias e se adaptasse à sociedade burguesa-capitalista e se integrasse nela. Como pôde acontecer isso? Principalmente por três razões.

Em primeiro lugar, foi fundada em condições em que a luta proletária ainda se desenvolvia no terreno da sociedade burguesa. Na maioria dos países das seções

associadas à Internacional, o problema da revolução burguesa não tinha sido solucionado e as "Repúblicas Democráticas" encabeçavam os programas de ação. E mesmo nos países onde este problema estava superado, como a França, não se podia colocar o problema da revolução socialista, da tomada do poder pela classe operária.

Em segundo lugar, a rápida expansão do marxismo nas últimas décadas do século passado, foi acompanhada pelo rebaixamento do seu nível. Rosa Luxemburgo já tinha chamado a atenção para o fato de que o marxismo representa um edifício teórico imenso e uno, mas que toda a geração de militantes só tirava dele o que necessitava para a luta imediata. Lênin, por sua vez, destacava o perigo da penetração de elementos pequeno-burgueses no movimento operário, os quais em vez de assimilar o socialismo científico, traziam consigo as ideologias da pequena-burguesia para as fileiras proletárias, e ele considerava esse fenômeno responsável pelo revisionismo. A limitação dos objetivos de luta, em parte imposta pelas condições da sociedade burguesa de então, favorecia na maioria dos partidos da Segunda Internacional o desenvolvimento dos fenômenos citados por Lênin e Luxemburgo. O marxismo começou a "limitar-se" aos argumentos necessários à luta pela conquista dos direitos da classe operária dentro da sociedade capitalista e pela democracia política, "enriquecido" frequentemente pelas interpretações dos "aliados" pequeno-burgueses.

Em terceiro lugar, o capitalismo começou a passar por uma mudança qualitativa, conhecida hoje como fase do imperialismo. Essa mudança, lenta e imperceptível no começo, teve para o movimento operário uma série de consequências práticas e teóricas. De início permitiu às burguesias européias a elevação do nível de vida das massas trabalhadoras. Esse fenômeno em si não interrompeu o crescimento da classe, nem restabeleceu a tutela burguesa sobre ela. A elevação do nível de vida não foi um presente da burguesia, foi conquistada em duras lutas de classes, nas quais o proletariado expandiu e melhorou as suas formas de organização. Mas a burguesia podia satisfazer grande parte das reivindicações operárias e neutralizar a combatividade do proletariado. Os objetivos dessa luta se tornaram um "fim em si", processo que foi facilitado pela crescente fraqueza teórica dos partidos da Internacional e que criou as bases materiais do reformismo.

No campo teórico tornou-se claro, para a minoria de esquerda existente na Segunda Internacional, encabeçada por Lênin e Luxemburgo, que o imperialismo e suas consequências tinham de ser interpretados à luz do método. O marxismo "popularizado", reinante na Segunda Internacional, não dava para isso e uma das razões do seu fracasso foi a sua incapacidade de enfrentar a nova situação. Mas mesmo o "edifício" teórico que Marx e Engels tinham deixado ao proletariado não dava mais para enfrentar as novas tarefas. O socialismo científico tinha de ser desenvolvido e isso só poderia ser feito à base do próprio método materialista e dialético de Marx e Engels. Para poder desenvolvê-lo, antes de tudo, era preciso restabelecer as categorias revolucionárias do marxismo, "esquecidas" nos tempos da Segunda Internacional. Lênin empreendeu essa obra; não foi o único que se dedicou a isso, mas foi quem realizou o trabalho mais completo e mais sistemático. Adaptou o marxismo à fase imperialista do capitalismo.

O que tinha sido inicialmente uma necessidade teórica, logo se tornou uma imposição prática com a Revolução de Outubro na Rússia. Pela primeira vez um proletariado tinha realizado uma revolução vitoriosa e tomado o poder e isso mudou radicalmente as condições e objetivos de luta em toda a Europa e não demoraria para despertar a Ásia. A época da revolução mundial tinha se iniciado.

Estava claro para Lênin e seus companheiros, aos quais se juntaram os revolucionários de todos os países, que o proletariado não estava preparado para enfrentar a conjuntura revolucionária em plena expansão nos países mais industrializados. Estava sob o domínio dos partidos da Segunda Internacional que, de reformistas, tinham se transformado em defensores abertos da sociedade capitalista. O problema fundamental era transmitir ao proletariado europeu as experiências da revolução russa e reviver suas próprias tradições revolucionárias. Novamente, na história das lutas de classe, se impunha a fusão de uma teoria revolucionária, o leninismo, com o movimento operário existente. Não se tratava de simples repetição da história. Tratava-se de uma fusão em nível mais alto e que podia aproveitar o que o marxismo revolucionário tinha criado no passado. O instrumento dessa fusão foi a Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

A nova Internacional nasceu em bases precárias. O único partido que liderava de fato uma classe operária era o Partido Comunista Russo. Havia um segundo, o búlgaro, os chamados "corações estreitos", ala revolucionária da social-democracia búlgara, que há muitos anos trabalhava em relações estreitas com os bolcheviques, mas que não pesava muito na escala internacional. Existia a Liga Espartaquista alemã, em torno de Luxemburgo e Liebknecht (que pouco depois foram assassinados), mas que somente em 1921, após a absorção dos socialistas independentes, se tornaria efetivamente um partido dirigindo um setor da classe operária. Os principais partidos, o francês, italiano, etc. se formaram depois da criação da Internacional em Moscou. Lênin, apesar de ciente dessas fraquezas, tinha tido pouca escolha. Fundou a Internacional assim mesmo para criar uma liderança revolucionária, que pudesse enfrentar as tarefas que a situação revolucionária colocava na ordem do dia. Ele tinha pouco tempo, a tentativa tinha de ser feita, antes que a onda revolucionária se esgotasse.

A tentativa falhou. Em 1921/22, Lênin e a liderança da Internacional tinham chegado à conclusão que a primeira onda da revolução mundial tinha passado, sem que a Ditadura do Proletariado se estabelecesse além das fronteiras russas. A tarefa da Internacional era adaptar a sua estratégia e tática à nova situação criada e preparar o proletariado para que pudesse enfrentar a próxima onda revolucionária em melhores condições.

O ponto vulnerável da nova Internacional foi a fraqueza dos partidos que a compuseram. Não tanto a fraqueza numérica em termos de militantes; essa foi superada em muitos países em relativamente pouco tempo, mas a sua fraqueza teórica, agravada pela falta de experiência e tradições próprias. Os partidos comunistas tinham de amadurecer para poder cumprir a sua missão e essa foi uma das preocupações maiores de Lênin, principalmente depois de 1921, quando era evidente que eles tinham tempo para isso. Significava, todavia, na realidade, que a Terceira Internacional ainda não era

produto da fusão do leninismo com o movimento operário existente. Na melhor das hipóteses era um produto incompleto; mas tinha a sua razão de ser como instrumento desse processo em andamento.

O processo de fusão e de amadurecimento dos partidos nacionais não chegou a se consumir. A fraqueza ideológica e material dos partidos tinha criado uma extrema dependência de parte deles em relação ao Partido Comunista da União Soviética, o "partido dirigente", o único que tinha feito uma revolução vitoriosa, e esse fenômeno se acentuou depois da morte de Lênin, em 1924. Não é que antes não tenha existido, mas o próprio Lênin procurou superar essa deficiência do órgão internacional. Em uma das suas últimas intervenções, no 4º Congresso, Lênin lançou uma advertência que era ao mesmo tempo uma autocrítica. Disse que a Internacional tinha adotado demasiadas resoluções "russas", isto é, redigidas em uma linguagem que o proletariado do Ocidente não entendia. A classe operária do Ocidente não podia fazer a revolução, imitando a russa, mas criando as suas próprias formas de luta, adaptadas à sua realidade.

Os sucessores de Lênin não tinham essa preocupação. Empenhados em agudas lutas internas, as facções hostis do PCUS se preocupavam antes de tudo em obter dos demais partidos da Internacional apoio contra os seus adversários. Tanto Stalin como Trotsky subordinavam os problemas e o futuro do comunismo mundial aos seus interesses faccionistas. E a fraqueza e dependência da Internacional, por sua vez, fizeram com que ela forçosamente apoiasse a facção mais forte, a que se identificava com a liderança da União Soviética, para em seguida tornar-se um simples instrumento dela.

O resto de voz e de autodeterminação que a Internacional tinha tido ainda nos tempos de Lênin, foi perdida na fase das lutas de facções no partido russo. A espinha dorsal da Internacional foi quebrada na Alemanha, com o afastamento de mais de 5.000 quadros, na maioria velhos espartaquistas e que mais tarde formaram a Oposição Comunista Alemã. O exemplo alemão foi repetido nos principais partidos, onde Stalin se apressava em ocupar os cargos com elementos de confiança dele.

Apesar disso, mutilada e expurgada, a Internacional ainda era revolucionária. Seu ultra-esquerdismo simplório e sua tática do "social-fascismo" causou a derrota do proletariado alemão, mas seu objetivo de luta ainda era a revolução mundial e na atuação diária, não tinha ainda abandonado os princípios da luta de classes proletária.

A grande reviravolta veio com o 7º Congresso da Internacional, com a política da "Frente Popular", quando Stalin, através da volta de Dimitroff, descobrira a existência de uma "burguesia progressista" nos países imperialistas do Ocidente, a qual merecia o apoio.

A nova linha foi posta a prova, quase imediatamente depois, na Espanha, onde um proletariado combativo tinha respondido ao golpe militar com uma insurreição, isto é, com um início de revolução. Foi, de fato, a primeira vez, desde os tempos de Lênin, que se tinha criado uma situação revolucionária num país europeu. O Comintern e o Partido Comunista Espanhol enfrentaram essa nova situação criada com a palavra de ordem inédita: Primeiro ganhar a guerra civil, depois a revolução.

Havia se formado na Espanha um segundo partido comunista, o Partido Operário de Unidade Marxista (POUM). Era um partido ainda novo, com a existência de um ano, aproximadamente. Sua maior fraqueza era ser um partido regional da Catalunha, mas tinha uma visão nítida dos problemas globais da Espanha. Reivindicava, para ganhar a guerra contra Franco:

- a imediata independência do Marrocos espanhol, onde Franco tinha a sua base;
- a imediata expropriação das grandes propriedades de terras, para ganhar os camponeses, soldados do exército de Franco e
- o estabelecimento de um governo operário, pois somente tal governo poderia travar uma guerra revolucionária e essa era a única perspectiva para derrotar o fascismo.

O Partido Comunista Espanhol não pôde acompanhar esse programa. Era parte do Comintern e este já tinha se colocado definitivamente a serviço da política externa soviética — o que é a explicação para a reviravolta do 7º Congresso. E a política externa soviética visava a aliança com as chamadas "burguesias democráticas" para melhorar a situação internacional da URSS. E nessas condições o PCE tinha de formar governos de coalizão com os aliados burgueses espanhóis, os liberais, que nunca teriam aceito a perda das colônias, ou a simples expropriação das terras e, muito menos, uma guerra revolucionária. Portanto, o objetivo da guerra foi limitado ao restabelecimento da República Democrática, a única solução que a estrutura social da Espanha naquele momento não permitia. O desfecho da revolução espanhola é conhecido.

A Internacional morreu de fato na Espanha. A sua dissolução posterior por Stalin, durante a guerra, quando a sua mera existência se tornou um ônus para a política externa soviética, só confirmou um fato consumado. Mas a Espanha não testemunhou somente a degenerescência do stalinismo, que tinha dado início ao "revisionismo moderno", dominante até hoje nos partidos sob influência soviética. O trotskismo passou pela mesma prova de fogo ao enfrentar uma situação revolucionária no Ocidente e falhou do mesmo modo. Se os stalinistas afogaram a energia revolucionária do proletariado espanhol em "Frentes Populares", os trotskistas atacaram sua vanguarda revolucionária, porque esta não repetia o "esquema" da revolução de outubro na Rússia. A esterilidade do trotskismo se tornou evidente na incapacidade de admitir outras situações revolucionárias do que aquelas que lhe deram origem. O que não impediu ao próprio Trotsky de atacar a vanguarda revolucionária com toda fúria do profeta desprezado.

As consequências do novo revisionismo — desta vez sob rótulo comunista — estavam, porém para se revelar ainda em toda a sua amplitude. A guerra civil espanhola foi seguida pela guerra mundial e o desfecho desta criou novamente uma profunda crise no capitalismo europeu e uma situação revolucionária de proporções muito mais vastas do que ocorreu no pós-primeira guerra e dessa vez estendia-se sobre largas regiões do mundo. Foi essa a segunda onda da revolução mundial, anunciada e esperada por Lênin, mas cuja irrupção não mais assistiu. O desfecho desta segunda onda revolucionária nos países altamente industrializados do continente europeu é igualmente conhecido. A

onda da revolução se expandiu na Europa ocidental, na França, na Itália, mas o problema da revolução socialista nem sequer foi colocado. Na Alemanha ocidental, a revolução foi sacrificada de antemão à política externa soviética, que pretendia salvar a aliança com as "Democracias Ocidentais" para os tempos de pós-guerra. O mesmo destino sofreu a revolução grega.

Onde mais claramente se pôde ver o novo papel dos partidos comunistas, foi exatamente na Itália e na França. Repetindo a prática dos partidos da Segunda Internacional no pós-primeira guerra, líderes comunistas entraram em governos burgueses, geralmente como ministros de trabalho, neutralizando assim o antagonismo da classe operária. E os operários italianos e franceses, julgando que a presença de ministros comunistas era um passo em direção ao socialismo tiveram de descobrir posteriormente que a participação dos seus partidos nos governos de coalizão não tinha servido para outra coisa senão para restabelecer o antigo regime e evitar a revolução. Uma vez consolidado o sistema burguês e a ameaça revolucionária superada, a burguesia deu aos seus ministros os pontos-chave históricos e governou com a democracia-cristã. Os ministros comunistas não tinham ao menos sabido preencher a função que Stalin lhes havia atribuído: não souberam evitar a guerra fria. E o proletariado europeu tinha perdido pela segunda vez a chance de se desfazer do domínio capitalista na Europa. Com uma diferença, aliás. Em 1945, o proletariado europeu era revolucionário. Tinha se libertado das ilusões reformistas sobre o caminho democrático-parlamentar, e pensou que seus partidos o estavam levando para a revolução.

Ouçó perguntar os companheiros: — Mas por que levantar agora esse peso de um passado, que para nós é história? É tão importante isso frente à situação e aos problemas que estamos enfrentando?

É importante sim. E é decisivo para nós compreender e digerir este passado, para poder superar as suas consequências. Trata-se de certo modo, do nosso passado, pois somos parte do movimento comunista internacional. Sentimos as suas consequências no cenário nacional e internacional, que hoje não podem mais ser separados. A crise do movimento revolucionário mundial, que nos envolve em todos os passos de nossas atividades, é consequência direta do fato de não ter sido aproveitada a situação revolucionária do pós-guerra. "Erros" históricos desse gênero não se cometem impunemente e o preço que pagamos é a presente desarticulação do comunismo mundial, é o fato das vanguardas revolucionárias nos diversos países, isoladamente, ainda terem de "remar contra a corrente".

Em segundo lugar, temos aí as consequências diretas sobre o jovem movimento operário brasileiro. Não sofremos, no Brasil, uma influência visível nem da Primeira nem da Segunda Internacional. Somos filhos legítimos da Internacional Comunista, que ajudou a formar o PCB com quadros em sua maioria vindos do anarquismo. As tradições ainda se fizeram sentir por muito tempo, mas dentro da disciplina da Internacional que foi acatada. Se tomarmos a história do PCB, vemos o reflexo da história da Comintern projetada sobre um país subdesenvolvido. O PCB, fundado em 1922, já durante a situação pós-revolucionária, precisou de alguns anos para se firmar e

tomar corpo. Logo em seguida veio o curso ultra-esquerdista da Comintern, que encontrou a sua versão nacional sob a forma do "obreirismo" (para a satisfação dos velhos anarquistas). O agravamento do ultra-esquerdismo, o "social-fascismo", etc., teve como consequência uma maior acentuação do sectarismo nacional, que ia da dissolução do "bloco operário-camponês" até o abstencionismo na Revolução de 1930, sob o pretexto de se tratar de um conflito "interimperialista". A mudança da Internacional para a Linha da "Frente Popular" e do apoio às burguesias progressistas, virou no Brasil "Aliança Nacional Libertadora", que na prática abriu as portas do partido aos aliados pequeno-burgueses sob a égide de Prestes. Durante a guerra, setores do partido começaram a apoiar as forças "progressistas o anti-fascistas" no seio do governo Vargas. As tentativas de Stalin de conservar a aliança com os anglo-saxões no pós-guerra foram apoiadas eficientemente por Luiz Carlos Prestes, quando apertou a mão do embaixador norte-americano em praça pública, mas o partido descobriu a existência do inimigo principal com o início da guerra fria. O "Manifesto de Agosto" coincide com os temores do governo soviético de uma próxima Terceira Guerra Mundial e a volta de Prestes, em 1958, se dá novamente sob o signo da "coexistência pacífica", a ponto do Partido se recusar a participar de manifestações contra a visita de Eisenhower ao Brasil. E todas essas fases, voltas e reviravoltas, ajudaram a forjar e deformar o proletariado brasileiro e seus expoentes políticos.

Não podemos, certamente, afirmar que a política mundial não nos afeta "em casa". E não podemos igualmente querer solucionar os nossos problemas ignorando os problemas globais da revolução mundial. O passado pesa, enquanto não for superado, mas só será superado na medida em que aprendemos a experiência.

Para aprender a experiência, é preciso compreender, por exemplo, porque a Internacional Comunista, fundada justamente para combater e superar o reformismo da Segunda Internacional, vinte anos depois acabou do maneira inglória como neo-reformista e que partidos inteiros tomaram o mesmo rumo. Claro que há os fatos da subordinação da Internacional à política externa soviética, que foi um dos traços essenciais do stalinismo. Mas as afamadas palavras de Stalin: — "já que essa gente não faz revolução nem em mil anos, que faça alguma coisa para nós pelo dinheiro que recebem" — são expressão de uma situação extrema, de plena degenerescência de um movimento revolucionário. O problema é: como chegaram ao ponto de degenerar assim? Como é que, de um estado-maior da revolução mundial se transformaram em simples instrumento da política externa da União Soviética?

Há um fenômeno novo nas lutas de classes internacionais. Um fenômeno que Lênin já tinha visto, mas que com todo seu impacto é produto da época pós-leninista. Trata-se das relações entre os países, onde o proletariado já tomou o poder e o proletariado dos países capitalistas, onde o proletariado ainda luta pelo poder. Seus interesses e pontos de vista não coincidem sempre, mesmo quando se trata de dois fatores revolucionários — e aí abstraímos o caos extremo da política soviética durante e depois de Stalin.

Em primeiro lugar, há a tendência de toda revolução vitoriosa de ver a revolução mundial como continuação da própria. Isso é compreensível, pois os revolucionários



vitoriosos se inclinam a generalizar sua experiência e as condições de luta que as formou. O fenômeno tem a sua complementação natural na atitude das novas gerações de revolucionários nos países capitalistas as quais começam a querer copiar o processo revolucionário vitorioso, que "deu certo". Quando, depois de algum tempo, sacrifícios e desgastes, se descobre que as meras cópias e imitações "não deram certo", vemos facilmente a tendência oposta de jogar fora "a experiência revolucionária", que é identificada com o "marxismo-leninismo", começar experiências pragmáticas, ou se adaptar ao ambiente dominante, que geralmente é reformista. Não há dúvida que esse fenômeno facilitou a decadência da Comintern.

Em segundo lugar, há a tendência inerente aos governos revolucionários de identificar suas necessidades e perspectivas com as existentes nos processos revolucionários dos países capitalistas. Esta existiu claramente nos primeiros anos da Rússia revolucionária quando o problema principal consistia em romper o isolamento da República Soviética e quando "revolução mundial" significava ajuda do proletariado ocidental ao Estado Operário. Tal atitude foi responsável pela análise errada da situação na Polônia, a qual tinha provocado a marcha à Varsóvia, em 1921, e foi igualmente responsável pelas experiências com o "Outubro Alemão", em 1923, quando todas as facções do Partido russo insistiram em que a situação na Alemanha estaria "madura".

Esse fenômeno não pertence ao passado. Não há dúvidas que experiências que os dirigentes cubanos fazem há uma década com o movimento revolucionário no Continente, deve-se à sua ânsia de romper o isolamento do socialismo cubano no Continente, diminuir a sua dependência da ajuda material da União Soviética e vencer os pontos de estrangulamento econômicos e sociais. Os seus constantes apelos à "luta armada", em todas as circunstâncias, refletem de um lado a tendência da generalização da própria experiência e, de outro, a procura de soluções "mais rápidas".

A defesa dessas necessidades nacionais da revolução vitoriosa pode ser tentada com métodos aparentemente revolucionários, mas que estes não são os únicos recursos válidos, mostram as recentes declarações de Fidel sobre as possibilidades de vitória "pacífica" do socialismo no Chile e as interpretações cubanas duvidosas sobre o caráter do regime militar peruano. Já antes, a imprensa cubana tinha revelado uma estranha incompreensão da greve de Maio na França, país com que manteve relações relativamente boas, pelo menos com o governo de De Gaulle. Em todos esses casos se revelam tendências de subordinação dos interesses da revolução mundial e do proletariado internacional aos nacionais do país socialista.

No caso da China, o mesmo fato se manifesta em um nível diferente. O seu problema não é tanto o rompimento imediato do seu isolamento, para o qual a liderança chinesa encontrou meios de suportá-lo. O problema cardinal da China é o conflito com a União Soviética, que contém muitos elementos de contradição nacionais, de potências, cuja não solução é outra herança do stalinismo. A China está empenhada em projetar esse problema sobre o proletariado mundial, sob a forma da "luta contra o revisionismo". As meias-verdades da luta chinesa contra o revisionismo (para ela Stalin era um revolucionário e o revisionismo começou com Kruchev), mostram que se trata de uma

luta ideológica, que é manejada com fins limitados— as da política externa. Não se trata de um balanço e de uma crítica do revisionismo, que seria de fato no interesse da revolução mundial, mas da criação de um mito (a da política stalinista revolucionária), que é um obstáculo para o proletariado revolucionário vencer a sua crise.

Colocando nesta luta "contra o revisionismo" os Estados Unidos e a União Soviética praticamente no mesmo pé (eles estão unidos para dividir o mundo), essa atitude é fundamentada "teoricamente" na "volta ao capitalismo" do regime soviético e o "social-imperialismo" de Moscou, que lembra perigosamente a "teoria do social-fascismo" da Comintern da década dos 30 e, de fato, trata-se de fundamentar uma linha ultra-esquerdista em escala mundial e nas atuais relações internacionais. Na prática, a liderança chinesa nega hoje a contradição fundamental entre o capitalismo e o socialismo, que determina em última instância as relações internacionais e a política mundial, desde o fim da guerra e continua determinando.

Também no caso chinês, temos um outro precedente da subordinação de interesses do proletariado de um país capitalista aos da potência socialista. Temos a experiência da Indonésia, onde um partido comunista de orientação chinesa praticou uma política de colaboração de classes, em função das relações externas da China com a Indonésia. Também nesse caso os resultados são conhecidos.

É evidente que as contradições de interesses, que surgem entre potências socialistas e o proletariado de países capitalistas, não podem ser antagônicas, nem fundamentais. A prazo, os interesses são comuns. Trata-se da derrota do capitalismo mundial, uma velha aspiração do proletariado de todos os países e cuja sobrevivência estrangula, em diversos graus, o desenvolvimento da economia e da sociedade em todos os países do mundo socialista. "Solidariedade Internacional", porém, não pode mais significar o sacrifício dos interesses do proletariado e da revolução mundial a interesses imediatos de potências socialistas. Solidariedade Internacional significa encontrar em todos os momentos de luta um denominador comum entre interesses divergentes, o qual não sacrifique problemas vitais de ambas as partes e que não comprometa os objetivos finais da revolução mundial.

Somos parte da revolução mundial

Hoje enfrentamos novamente a tarefa da fusão da teoria revolucionária com o movimento operário em escala mundial. Novamente não se trata de simples repetição da história. A penetração da teoria revolucionária na massa só é possível quando é constantemente desenvolvida, enriquecida e confrontada com a realidade em mudança. Desde os tempos de Lênin, a sociedade capitalista continuou a se desenvolver e as lutas de classes não pararam. O campo socialista se expandiu, o movimento revolucionário atingiu os quatro cantos do globo. Vivemos na época da revolução mundial. Se o "Manifesto Comunista" ainda falava do "espectro do comunismo" que rondava a Europa, nos tempos de Lênin a teoria já se tinha tornado força material na Europa e na Ásia e hoje se tornou realidade na América.

Há uma série de problemas novos surgidos na época pós-leniniana, os quais tem de ser assimilados dentro do marxismo-leninismo. As relações entre as potências socialistas e o proletariado dos países capitalistas só representa um entre muitos. Outro, fundamental, representa as mudanças qualitativas que o imperialismo sofreu após a Segunda Guerra. Há a tendência de integração dos países imperialistas mais fracos pelos mais fortes. Hoje, as metrópoles não precisam mais de tropas coloniais para dominar o mundo subdesenvolvido. Desapareceram as perspectivas de guerras inter-imperialistas pela repartição do mundo, frente às ameaças da existência de um campo socialista e da revolução mundial. Todos esses fenômenos caracterizados como "cooperação antagônica" e que determinam as relações das potências imperialistas entre si e entre as potências imperialistas, de um lado, e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos, de outro, ainda estão a espera de análises mais profundas.

Uma contribuição completamente nova na época pós-leniniana foi a Revolução Chinesa. Não se trata só do fato da Revolução Chinesa ter mudado radicalmente as relações de forças entre capitalismo e socialismo em escala mundial. Pela primeira vez, uma revolução agrária pôde tomar rumos socialistas e esse fenômeno criou um impacto inédito entre os povos da Ásia e da África, especialmente.

Outros problemas novos surgiram com a industrialização de vastas regiões da América Latina, onde se criou um tipo de país capitalista-industrial subdesenvolvido, com suas formas de dependência específica com a metrópole imperialista. O mesmo fenômeno colocou na ordem do dia a questão da revolução proletária em países de estrutura subdesenvolvida e das formas concretas sob as quais o jovem proletariado conquistará seu papel hegemônico no processo revolucionário.

Um dos problemas fundamentais é o dos rumos que a próxima onda da revolução mundial pode tomar. Criou-se nas últimas décadas a noção da "estratégia periférica" da revolução mundial que, deslocando-se para a periferia do mundo capitalista, estava travando uma batalha de cerco das metrópoles. A revolução ia do campo à cidade, sendo que as regiões subdesenvolvidas representavam o "campo" e as metrópoles, "as cidades" em escala mundial. Essa concepção, definida pela primeira vez por Bukharin no Congresso dos Povos Orientais em 1920, hoje não está mais tão bem fundamentada, como parecia há uns anos atrás. Em primeiro lugar, não há essa "imunidade" do proletariado dos países imperialistas à revolução, como às vezes se pretende fazer crer. Se a classe operária da Europa Ocidental em 1918 ainda teve ilusões democrático-burguesas, em 1945 ela as tinha perdido e se tornou vítima de uma armadilha histórica, pensando que suas lideranças comunistas a estavam levando para a revolução, e o seu posterior reformismo foi uma reação ao fracasso das esperanças revolucionárias e à reconstrução do capitalismo europeu. O Maio francês revelou a existência de um potencial revolucionário e indica igualmente— tanto como as lutas na Itália— uma retomada do processo revolucionário em países imperialistas. Em segundo lugar, a onda revolucionária, depois de ter mudado de rumos para o Oriente, atingindo a China, Coreia e o Vietnã do Norte, declinou da mesma maneira como no Ocidente. Ela estagnou nas Filipinas, Índia e Indonésia, do mesmo modo como na Europa. O último

impulso desta segunda onda da Revolução Mundial alcançou Cuba, mas não chegou mais a atingir o continente americano.

E, finalmente, está no interesse do proletariado mundial que o próximo ciclo da revolução mundial atinja os países industrializados do Ocidente. A vitória da revolução num país da Europa Ocidental colocaria toda a luta de classes em escala mundial em nível mais alto. Teria repercussão inevitável em todo o campo socialista no sentido de uma superação dos fenômenos de degenerescência da Ditadura do Proletariado, que a União Soviética projetou, de uma ou de outra maneira, sobre essa parte do mundo. Conferiria à Revolução Mundial um novo centro impulsionador, representado pelo proletariado de um país capitalista desenvolvido, com um potencial industrial correspondente ao seu dispor. Seria o caminho mais curto para o comunismo mundial vencer e superar a sua crise. Pois não esqueçamos que em última instância a crise foi provocada pelo fato da revolução ter parado nas portas do Ocidente e todas as revoluções terem se realizado em países com um proletariado fraco em diversos graus. Não esqueçamos também que o socialismo é resultado e negação da sociedade capitalista. E, se o imperialismo soube causar uma inversão dos rumos da revolução mundial, no sentido de se ter iniciado nos países mais atrasados, a história mostra que pagamos um preço por isso. As revoluções em países subdesenvolvidos produzem um "socialismo subdesenvolvido", já disse Paul Baran e nós seremos maus revolucionários se procurarmos encobrir esse fato. Evidentemente, não podemos esperar que as revoluções se produzem nas condições históricas mais favoráveis, mas as tentativas de transformar os males em virtudes não nos ajudam a vencer a crise.

É nesta situação que se dá a nova fusão do marxismo-leninismo com o movimento operário. Ela está se dando num momento de curva baixa da conjuntura revolucionária no mundo, mas o ponto mais baixo da curva parece superado. A relativa estabilidade do mundo capitalista está chegando novamente a um fim e suas crises estão se anunciando de maneira inconfundível. Seus primeiros sintomas foram a crise do dólar e do ouro que, nos Estados Unidos, o baluarte do capitalismo mundial, se transformou em queda de produção e crescimento de desemprego. A radicalização do proletariado europeu mostrou que ele não se integrou no "neo" capitalismo o se sua combatividade ainda não se traduziu em ações reais consequentes, isso se deve ainda a velha liderança reformista da qual tem de se descartar. A sociedade capitalista, entretanto, produz sempre de novo os seus coveiros.

A nossa fraqueza, na presente situação, é de não dispormos de um órgão internacional para uma tarefa que tem de ser vencida em escala internacional. E essa situação de fato não pode ser vencida artificialmente. Uma nova Internacional, um novo Estado-Maior da Revolução Mundial, só pode surgir como resultado da existência de partidos revolucionários, que liderem realmente a classe operária. O problema consiste hoje na criação desses partidos revolucionários do proletariado em cada país. Soluções artificiais como a fundação da "Quarta Internacional" por Trotsky, não mudaram as relações de forças e se tornaram uma caricatura de qualquer associação internacional do proletariado. A chamada "Quarta" que não chegou a se tornar uma Internacional, criou durante seus 30 anos de existência uma miniatura do Comintern, sustentada por seitas,

que se dividiram e subdividiram a às vezes se fundiram de novo em lutas internas, que refletiram a sua impotência de intervir nas lutas de classes.

Não menos artificiais, todavia, são as tentativas de criar novos centros da revolução mundial, nos moldes e em substituição da velha Moscou perdida. É artificial, porque a luta do proletariado mundial não pode ser mais dirigida por um centro geográfico. O centro, que faz falta, deve ser criado pelas vanguardas revolucionárias do proletariado mundial. A tentativa de substituir a caída imagem de Stalin pela de Mao Tse-Tung como chefe mundial do comunismo, a prática dos partidos "pró-chineses" é motivada, em grande parte, pelo desejo de que o prestígio da revolução chinesa resolva para eles as dificuldades que encontram de se tornar vanguarda real de um movimento revolucionário. É um velho sonho querer colher sem precisar plantar, mas que esse caminho não é, na realidade, uma solução para nossos problemas, mostra-o a esterilidade dos "partidos chineses", tanto entre nós como na Europa — e isso um quarto de século depois da vitória da revolução chinesa e mais de uma década depois de o maoísmo ter declarado a sua independência.

O papel da Rússia Soviética como centro coordenador da revolução mundial já tinha sido limitado pelas particularidades em que se desenrolaram as suas lutas de classes e sob as quais se deu a sua revolução. O proletariado russo mal conhecia a vida sindical e os poucos sindicatos existentes não tiveram papel na insurreição operária nem precisavam ser levados em conta como possíveis adversários da revolução. A falta de experiência democrática e de auto-gestão do proletariado russo, que durante a maior parte da sua existência teve de enfrentar o absolutismo mais primitivo da Europa, dificultou o aproveitamento da experiência da sua vitória pela classe operária do Ocidente. As mesmas causas dificultaram igualmente a compreensão das condições de luta do proletariado ocidental pelos líderes revolucionários russos — fato que se fez sentir com maior peso depois do afastamento de Lênin, mas que já tinha sido responsável pela adoção de resoluções "russas" por parte da Internacional. Mais limitadas ainda são as possibilidades da revolução chinesa para figurar como centro "orientador" do proletariado mundial. A experiência de luta operária da revolução agrária chinesa está muito menos desenvolvida do que era a dos bolcheviques para enfrentar os problemas da luta proletária em países mais industrializados. E, ao contrário da liderança revolucionária russa, a qual em grande parte conhecia o Ocidente, tinha convivido com sua classe operária e participado ativamente da luta contra o revisionismo e o reformismo da Segunda Internacional, a liderança revolucionária chinesa, pelas condições em que travou sua luta, foi forçada a um isolamento nacional, que implicava numa ignorância de fato dos problemas de luta de classes nos centros do mundo capitalista e do neo-revisionismo stalinista. Basta comparar as obras de Lênin e as de Mao-Tse-Tung para ver a diferença da problemática de luta e de experiências. Experiência viva.

Há mais de vinte anos, ainda em pleno pós-guerra, quando surgiu em diversos países o clamor para a fundação de uma nova Internacional, August Thalheimer, pouco antes do seu falecimento em Cuba, previu que o proletariado internacional ia carecer desse instrumento de luta durante um intervalo de tempo bastante grande. Salientou ele a

necessidade de continuar a obra interrompida da fase leninista da Terceira Internacional e isso só poderia ser feito adaptando os seus princípios gerais à realidade nacional de cada país. O caminho da criação de uma nova Internacional começa pela formação de partidos nacionais.

Há um outro aspecto do problema, sobre o qual Thalheimer chamou a atenção. Num mundo em que a terça parte da sua população já fez a revolução socialista, é difícil querer formar uma Internacional sem a participação de pelo menos uma parte dos partidos no poder. E a experiência mostra ser conveniente que participem mais de um partido de países socialistas para neutralizar o efeito de dependência dos partidos dos países capitalistas e para evitar que os problemas específicos de uma potência socialista pesem demasiadamente sobre a Internacional.

Essa perspectiva, que temos de enfrentar, não significa que temos de nos encerrar em nossa realidade nacional e esperar condições favoráveis no resto do mundo para a formação de uma nova Internacional. Não é essa a concepção leninista de luta de classes em escala mundial. Temos de estabelecer e estreitar os vínculos com todas aquelas organizações semelhantes à Política Operária, que estejam dispostas e em condições para uma cooperação regional ou internacional e para uma permuta das experiências de luta. Isso diz respeito, especialmente, às vanguardas revolucionárias que lutam em condições semelhantes às nossas na América Latina, mas não relega a um segundo plano as ligações com grupos e correntes revolucionárias nos países capitalistas desenvolvidos. Podemos e devemos, inclusive, formalizar essas ligações e criar órgãos de cooperação e de intercâmbio internacional, quando for possível. Isso é um caminho para a criação de uma nova Internacional, mas devemos estar cientes que ainda não é a Internacional, nem pode substituí-la.

E a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir a avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro. Temos consciência do fato de que a luta que travamos no Brasil é parte de uma luta que se desenrola hoje em quase todos os países do mundo capitalista. Fazemos parte dessa vanguarda comunista-internacional que continua a obra de Marx e Lênin, que mudou a face do globo e continua a mudá-la.

E por isso continuamos marchando, "a certeza na frente e a história na mão", como diz a já citada canção.